

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE FILOSOFIA

DAMI DA SILVA

FILOSOFIA DA TECNOLOGIA EM DELEUZE-GUATTARI: AGENCIAMENTO,  
DESEJO E OBJETO TÉCNICO

UBERLÂNDIA  
2021

DAMI DA SILVA

FILOSOFIA DA TECNOLOGIA EM DELEUZE-GUATTARI: AGENCIAMENTO,  
DESEJO E OBJETO TÉCNICO

Trabalho de conclusão de curso elaborado pelo acadêmico Dami da Silva como exigência do curso de graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia sob a orientação do professor Jairo Dias Carvalho.

UBERLÂNDIA

2021

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é abordar e propor uma leitura inicial sobre tecnologia a partir do conceito de agenciamento, focando a concepção de objeto técnico e de desejo, tendo como referência a filosofia de Deleuze e Guattari. O interesse em recorrer à Deleuze e Guattari para discutir essas questões vem, em primeiro lugar, por serem filósofos contemporâneos, por pensarem uma filosofia eminentemente prática; e, principalmente, por causa da proposta dos autores de retomar o conceito de desejo e de produção com e para além da psicanálise e de Marx. Além disso, ou por isso mesmo, a filosofia desses autores aborda, entre outras coisas, problemas contemporâneos, seus aspectos sociais, políticos, clínicos, semióticos, etc. Eles também propõem uma interpretação do desejo, do inconsciente, do sujeito e da subjetividade/subjetivação, passando pela psicanálise, artes, literatura, cinema, e, é claro pela filosofia, às vezes se aliando, outras vezes criticando outros pensadores, mas em todas as vezes, criando conceitos que instigam, que levam a modos diferentes de pensar e agir. Partindo da pergunta de como Deleuze e Guattari responderiam às questões sobre o objeto técnico e o desejo no campo da filosofia da tecnologia, a hipótese é que o conceito de agenciamento pode fornecer uma interpretação não antropomórfica para problematizar o objeto técnico e o desejo. O objetivo geral desse trabalho será, então, o de apresentar o conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari. Os objetivos específicos são apresentar e problematizar a dimensão do objeto técnico, do desejo em função da concepção de agenciamento, assim como apontar alguns desdobramentos iniciais dessa concepção. O que justifica a realização dessa pesquisa é a importância de levantar ou propor elementos outros para a problematização do campo da filosofia da tecnologia e propor elementos para enriquecer o debate relacionado à tecnologia, à sua implicação política, cultural, social e à sua relação com campo do desejo. Nesse sentido, o conceito de agenciamento contempla a complexidade e dinâmica da realidade em sua dimensão social, política e desejante, que é determinante para pensar os objetos técnicos, sua seleção, destaques e usos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia. Agenciamento. Tecnologia. Desejo. Objeto técnico.

## ABSTRACT

The objective of this paper, from a broad categorization made by Mitcham and Cupani for the philosophy of technology, is to propose a problematization of technology based on the concept of assemblage of Deleuze and Guattari, focusing on the conception of technical object and desire. The interest in referring to Deleuze and Guattari is, first, because they are contemporary philosophers, they think of an eminently practical philosophy; and mainly because of the authors' proposal to revisit the concept of desire and production with and beyond the psychoanalysis' and Marx's. Moreover, or for that very reason, the philosophy of these authors addresses, among other things, the contemporary problems and their social, political, clinical, semiotic aspects, etc. They also propose an interpretation of the desire, the unconscious, the subject and subjectivity/subjectivation, going through psychoanalysis, arts, literature, cinema and, of course, philosophy, sometimes allying with them, sometimes criticizing several thinkers, but at all times, creating concepts that instigate and lead to different ways of thinking and acting. Based on the question of how Deleuze and Guattari would answer questions about the technical object and desire in the field of the philosophy of technology, the hypothesis is that the concept of assemblage can provide a non-anthropomorphic interpretation to think about the technical object and desire. What justifies this research is the importance of raising or proposing issues for the field of the philosophy of technology and enriching the debate related to technology, its political, cultural, social implication and its relationship with the field of desire. In this regard, the concept of assemblage includes the dynamic and relational complexity of reality in its social, political, technological and desiring dimensions, which is determinant to think about the technical elements, their selection, highlights and uses.

**KEYWORDS:** Philosophy. Assemblage. Technology. Desire. Technical object.

## Sumário

|   |    |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO.....  | 4  |
| 2. O CONCEITO DE AGENCIAMENTO.....                                      | 8  |
| 3. DESEJO E OBJETO TÉCNICO .....  | 15 |
| 3.1 O DESEJO.....   | 15 |
| 3.1.1 DESEJO, RELAÇÃO E A TRANSVERSALIDADE DO <i>PHYLUM</i> .....       | 20 |
| 3.2 OBJETO TÉCNICO E PHYLUM.....  | 22 |
| 4. CORPO E TERRITÓRIO.....  | 30 |
| 5. MÁQUINAS <i>SOCIUS</i> -TÉCNICAS E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO..... | 35 |
| 6. MÁQUINAS E SUBJETIVIDADES NA PRODUÇÃO CAPITALÍSTICA .....            | 40 |
| 7. CONCLUSÃO.....   | 48 |
| 8. REFERÊNCIAS .....  | 52 |

## 1. INTRODUÇÃO

Poderíamos dizer que o tema “tecnologia” é, de certa forma, já discutido no campo da filosofia desde os seus primórdios. A conceituação da *techné* e da *epistémê* da filosofia grega ainda pode ser usada para remontar problemas e questões para pensar e repensar a técnica, a ciência no nosso tempo, ainda que a divergência dos significados desses termos ainda seja problemática. No entanto, a dimensão que a tecnologia tomou a partir do século XX e os seus efeitos na vida moderna exigem um esforço para pensar, repensar, levantar e recolocar problemas e questões sobre o fenômeno tecnológico atual.

Por exemplo, como problema moderno, a tecnologia, ou a técnica, colocou questões para a filosofia no contexto da escola de Frankfurt, para autores como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermans. De modo geral, nesses autores há uma crítica a respeito da tecnologia em função do seu papel no capitalismo e pelo modo de racionalidade e dominação que a tecnologia estaria impondo. Há uma suspeita de que a tecnologia traga essencialmente algo de ruim ou que os objetos técnicos não fariam parte da realidade humana. Para Marcuse, por exemplo, influenciado por Hegel, Marx e Heidegger, a tecnologia serve para controle social por parte de grupos dominantes. Para o autor, a tecnologia, como processo social, influenciou e influencia as relações sociais em que a racionalidade técnica se sobrepõe à racionalidade individual do ser humano (MARCUSE, 1973). Parece haver, na discussão proposta por Marcuse, uma dicotomia entre a técnica e o humano.

Todavia, a tecnologia vem se mostrando como um campo específico e bastante ampliado na sociedade contemporânea de base tecnológica. Nessa sociedade, a racionalidade técnico-científica se impõe trazendo novos mitos, novas crenças, novos modos de comunicar; enfim, novos modos de viver, de pensar e de agir. Nesse contexto, a filosofia da tecnologia é uma área que pretende abordar e levantar questões atuais e diversas sobre tecnologia, além de também colocar outros problemas para a concepção de técnica e de *epistémê*, trazendo, assim, perspectivas diferentes para ampliar a discussão a respeito da sociedade tecnológica.

Nessa seara, entre os autores que trabalham com as discussões e as perspectivas atuais, Cupani (2004, p. 494) aponta que:

A reflexão filosófica que recai sobre a tecnologia corresponde a diferentes estilos de pensamento [que] apesar dessa heterogeneidade, a disciplina encontra a sua unidade na preocupação por um aspecto ou dimensão da vida humana impossível de ignorar e particularmente marcado na sociedade contemporânea: a atividade eficiente, racionalmente regrada, no que diz respeito às suas motivações, desenvolvimento, alcance e consequências.

Nessa perspectiva, a tecnologia é uma dimensão importante e inseparável da vida humana. Tendo em vista essa dimensão humana inerente à tecnologia, o autor nos apresenta três perspectivas para pensar a filosofia da tecnologia. O enfoque analítico de Bunge, o enfoque fenomenológico de Borgman e o enfoque crítico de Feenberg.

Segundo Cupani (2004), para Bunge, a tecnologia é uma técnica de base científica para o controle e transformação da natureza pelo homem. A ação da tecnologia produz algo artificial, um artefato, através do trabalho sobre recursos naturais. A tecnologia implica conhecimento científico, teorias tecnológicas que fornecem conhecimento sobre os objetos ou artefatos.

Cupani (2004) aponta que, para Borgman, a tecnologia não é apenas uma técnica, mas um modo de vida da modernidade. O método fenomenológico de Borgman pretende ir além das concepções instrumentais da tecnologia, que consideram a tecnologia como se essa estivesse disponível ou passiva ao propósito humano; pretende também ir além das teorias substancialistas, que consideram a tecnologia autônoma em relação aos seres humanos. A concepção fenomenológica pretende levar em conta a tecnologia como um fenômeno básico, implicando a existência de dispositivos que fornecem produtos.

Segundo Cupani (2004), Andrew Feenberg retoma a teoria crítica da escola frankfurtiana, principalmente a partir de Marcuse, mas para formular uma teoria crítica da tecnologia. A preocupação de Feenberg é compreender a tecnologia como questão social e política, o que pareceu não ser considerado por Marcuse devido ao pessimismo com que ele tratava a tecnologia. Nesse contexto, para Feenberg, a ciência não é a representação objetiva da verdade e a tecnologia não é apenas a aplicação prática do conhecimento científico. Na realidade, ambas, ciência e tecnologia, são construções sociais e, portanto, incorporam os valores do contexto no qual são geradas (NEDER, 2013).

Vemos, então, que os enfoques atuais em termos da filosofia da tecnologia apresentam uma diversidade em função de diferentes abordagens e de concepções teóricas. Mitcham (1994) propõe uma fundamentação em torno de alguns consensos sobre como abordar a tecnologia a partir da extensão e a variabilidade do termo “tecnologia” e a partir dos problemas diversos levantados na atualidade. Com tais consensos temos, então, uma caracterização ampla que pode servir de base consensual propositora para a filosofia da tecnologia. Essa caracterização pode ser apresentada da seguinte forma:

- a) a tecnologia abrange artefatos, objetos técnicos, ferramenta, métodos, instrumentos, redes técnicas;

- b) a tecnologia inclui um modo de conhecimento, questões epistemológicas, por exemplo, a relação entre ciência e tecnologia;
- c) a tecnologia é considerada uma forma de atividade, a criação de tecnologias, o design, a ação que os artefatos realizam no mundo;
- d) a tecnologia é considerada uma volição Trata-se do “por que” e “para que” a tecnologia, quem a faz, o que faz ou quem faz a tecnologia. Pensamos que, de algum modo, nessa dimensão está implicada a questão do desejo, como mostraremos no desenvolvimento do texto.

Enfim, nessa caracterização consensual ampla, considera-se que a tecnologia, como parte da vida humana, possui várias dimensões, ou seja, ou é artefato, objeto técnico, ou conhecimento, ou atividade, ou a finalidade, e que a tecnologia tem uma dimensão inerente relacionada à ação, atitude ou vontade diante da realidade. Será em torno desses consensos, ainda que provisórios, que faremos nosso ponto de apoio para a problematização em nossa pesquisa.

Considerando, então, o quadro geral das perspectivas que delineamos acima e os problemas atuais da tecnologia, tendo em vista a sociedade de base tecnológica, a diversidade das concepções e a caracterização de Mitcham (1994), o objetivo desse trabalho é abordar e propor uma leitura inicial sobre tecnologia a partir do conceito de agenciamento, focando a concepção de objeto técnico e de desejo, tendo como referência a filosofia de Deleuze e Guattari.

O interesse em recorrer a Deleuze e Guattari para discutir essas questões vem, em primeiro lugar, por serem filósofos contemporâneos, por pensarem uma filosofia eminentemente prática, ética, estética e política, e, principalmente, por causa da proposta dos autores de retomar o conceito de desejo e de produção a partir e para além da psicanálise e de Marx. Além disso, ou por isso mesmo, a filosofia desses autores aborda, entre outras coisas, problemas relativamente atuais, seus aspectos sociais, políticos, clínicos, semióticos, etc. Eles também propõem uma interpretação do desejo, do inconsciente, do sujeito e da subjetividade/subjetivação, passando pela psicanálise, artes, literatura, cinema e, é claro, pela filosofia, às vezes se aliando, outras vezes criticando outros pensadores, mas, em todas as vezes, criando conceitos que instigam e levam a modos diferentes de pensar e agir.

Sendo assim, partindo da pergunta de como Deleuze e Guattari responderiam às questões sobre o objeto técnico e o desejo no campo da filosofia da tecnologia, a hipótese a ser analisada é que o conceito de agenciamento pode fornecer uma interpretação para

problematizar o objeto técnico e o desejo. Além disso, o conceito de agenciamento pode se constituir numa tese não antropomórfica/antropocêntrica da tecnologia.

O objetivo geral desse trabalho será, então, apresentar o conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari. Os objetivos específicos são apresentar e problematizar a dimensão do objeto técnico, do desejo em função da concepção de agenciamento, assim como mostrar alguns desdobramentos iniciais dessa concepção.

O que justifica a realização dessa pesquisa é a importância de trazer elementos outros para a problematização do campo da filosofia da tecnologia e enriquecer o debate relacionado à tecnologia, à sua implicação política, cultural, social e à sua relação com campo do desejo.

Para os objetivos propostos usaremos o livro *Mil Platôs*, em sua edição brasileira dividida em cinco volumes. Justificamos essa escolha pelo prefácio do livro *Mil Platôs 1*. Nele, Deleuze e Guattari (1995), conforme os próprios autores afirmam, dão um passo além d'*O Anti-Édipo* (1970): “O projeto de *Mil Platôs* é construtivista e dá adeus à psicanálise de modo que os autores mostram uma teoria das multiplicidades que ultrapassa a distinção entre consciência e inconsciente, entre natureza e história, entre corpo e alma” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 7). Na sequência, os autores dizem que, ao invés de seguirem a sequência Selvagens-Bárbaros-Civilizados, como n'*O Anti-Édipo*, há, em *Mil Platôs*, todo um modo de formações coexistentes entre grupos primitivos, comunidades despóticas, máquinas de guerra nômades, processos de subjetivação e processos de territorialização-desterritorialização. Nesse sentido, a multiplicidade é o que torna possível ultrapassar distinções e dicotomias, constituindo a própria realidade, dinâmica e complexa, em formações coexistentes, jogando livremente, esteticamente e agenciadas no ritornelo (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

Dos cinco volumes da obra *Mil Platôs*, recorreremos, principalmente, ao livro *Mil Platôs 5* (da divisão em volumes referente à edição brasileira) para abordar o tema da tecnologia. Além disso, como interlocutor para discutir a concepção de desejo e as formas de subjetivação na filosofia de Deleuze e Guattari, vamos usar o livro *Signos, Máquinas e subjetividades*, de Lazzarato (2014). Para contextualizar as questões e referências gerais sobre a filosofia da tecnologia vamos utilizar o livro: *Filosofia da tecnologia – um convite*, de Alberto Cupani (2016) e o livro *Thinking through technology*, de Carl Mitcham (1994). O método será conceitual-teórico, através do qual faremos uma análise que articulará a rede conceitual das obras supracitadas em função dos objetivos propostos.

Sendo assim, esse trabalho constará de seis capítulos, além do primeiro capítulo introdutório: o Capítulo 2 trará o conceito de agenciamento; o Capítulo 3 trará a interpretação da relação entre tecnologia e agenciamento no que tange, especificamente, à interpretação do problema do objeto técnico e do desejo como produção; o Capítulo 4 abordará um desdobramento do conceito a respeito do corpo e do território; o Capítulo 5, também um desdobramento, tratará das máquinas *socius*-técnicas e os processos de subjetivação; o Capítulo 6 apresentará, como exemplo de agenciamento e produção, as máquinas e a subjetividade na produção capitalista; A conclusão retomará como a interpretação da tecnologia em função do conceito de agenciamento pode responder e levantar algumas questões para o campo da filosofia da tecnologia.

## 2. O CONCEITO DE AGENCIAMENTO

Em toda a obra designada de *Mil Platôs* podemos ver como o conceito de agenciamento aparece e varia em função dos problemas ou das questões que os autores propõem em relação ao estado, à política, aos corpos, ao desejo, à linguagem, à arte, à filosofia, entre outros. O conceito parece ser composto de diferentes peças ou dimensões, como Correa e Fonseca (2015, p. 25) mostram um apanhado do conceito feito por Deleuze e Parnet, que pode ser resumido do seguinte modo:

Um agenciamento é uma mistura de corpos, é sempre um recorte de uma rede de relações de forças entre corpos heterogêneos que se conectam por uma vizinhança, uma simpatia, uma simbiose, uma interpenetração. Um agenciamento ou dispositivo é uma “unidade real mínima” com a qual produzimos os enunciados. Ele é, simultaneamente, maquínico dos corpos e coletivo de enunciação (expressão). As duas formalizações são de diferentes naturezas (os conteúdos são as misturas de corpos, e as expressões são os acontecimentos incorporais), independentes, heterogêneas e, entretanto, indissociáveis que se relacionam por conjugação ou vizinhança. Os acontecimentos incorporais subexistem nos estados de coisas, só aparecem no embate dos corpos.

Assim, o conceito de agenciamento, por ser um recorte de rede de relações, parece fornecer uma ampla possibilidade de leituras e proposições a respeito da variabilidade de aspectos ou dimensões da realidade em suas relações: mistura de corpos, enunciados, heterogêneos, diferentes, independentes, que se conectam, se interpenetram; formalizações e acontecimentos irreduzíveis aos corpos. Ainda, o significado “dicionarizado” do termo “agenciamento” também mostra como ele pode abarcar de maneira ampla, a agência, o agente, a ação, a atividade, a atuação e a operação.

Uma circunscrição do conceito nos ajudará a compreender melhor os agenciamentos como composições, reuniões ou coleções de elementos heterogêneos que formam uma totalidade, mas não uma totalização ou um todo. Tais elementos são também constituídos por processos que os desfazem ou os transformam, selecionando, assimilando e individuando os elementos desse totalidade.

Por exemplo, no livro *Kafka, por uma literatura menor*, o conceito de agenciamento é colocado do seguinte modo:

Segundo um primeiro eixo, horizontal, um agenciamento comporta dois segmentos, um de conteúdo, outro de expressão. De um lado ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; de outro, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e de enunciados, transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos. Mas, segundo um eixo vertical orientado, o agenciamento tem ao mesmo tempo lados territoriais ou reterritorializados, que o estabilizam, e pontas de desterritorialização que o impelem. (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 29)

Além dos elementos heterogêneos que compõem o agenciamento, este, por sua vez, parece também se constituir por lados territoriais, que estabilizam, e por lados de desterritorialização, que desestabilizam o agenciamento. Isto é, eixos de formalizações e de desterritorialização ou “desformalizações”.

Zourabchivilli (2016, p. 53), a respeito do conceito de agenciamento, argumenta que:

*Mil platôs* concerne ao plano em que se articulam as duas séries [presentes na Lógica do sentido], atribuindo um alcance inédito à dualidade estóica das misturas de corpos e das transformações incorporais: uma relação complexa se tece entre "conteúdo" (ou "agenciamento maquínico") e "expressão" (ou "agenciamento coletivo de enunciação"), redefinidos como duas formas independentes, não obstante tomadas numa relação de pressuposição recíproca e relançando-se uma à outra; a gênese recíproca das duas formas remete à instância do "diagrama" ou da "máquina abstrata". Não é mais uma oscilação entre dois pólos, como ainda há pouco, mas a correlação de duas faces inseparáveis.

Dessa forma, podemos dizer que, no agenciamento, a mistura dos corpos e o coletivo de enunciação, como elementos heterogêneos, estão em pressuposição recíproca, isto é, um pressupõe o outro, não há regime ou misturas de corpos sem um coletivo de enunciação. A relação recíproca lança uma forma à outra, as “comunicam”, as conectam ou as ligam segundo a gênese recíproca diagramática, o que implica uma correlação “problemática” das faces devido às características do diagrama/máquina abstrata como dimensão não formada e não formalizada.

Essa problemática pode ser vista melhor em Deleuze e Parnet (1998). O agenciamento, segundo os autores, possui dois pólos: o estratificado dos agenciamentos e a máquina abstrata. O primeiro polo é considerado molar, também chamado de territorializado, com agenciamentos sociais que possuem códigos específicos e funcionamento estável e reprodutor, modelando existências (modos de existência) segundo esses códigos e, assim, restringindo o campo do desejo. O segundo é o polo chamado máquina abstrata, molecular, descodificado ou desterritorializado, que carrega novas criações em potência. Além disso, os dois movimentos – territorialização e desterritorialização – coexistem no mesmo agenciamento, mas não se valem, nem se compensam e não são simétricos, por isso implicam sempre em uma metaestabilidade. Nesse sentido, há uma reterritorialização que se faz constantemente.

Interessante dizer que no livro *Kafka*, o conceito de agenciamento já substitui o conceito de máquinas desejantes presente n’*O Anti-édipo*. Se nessa obra, Deleuze e Guattari ainda se viam referenciados de certo modo na psicanálise; em *Mil platôs*, já não era esse o caso. O desejo é agenciado ou maquinado, só podendo ser concebido em relação a um agenciamento determinado, sobre um plano que não preexiste ao desejo, mas que deve ser ele próprio (o plano) construído. Um plano construído/produzido pelo desejo e como desejante.

Desta forma, em *Mil platôs*, o agenciamento, mais do que substituir as maquinações desejantes, amplia a concepção do desejo, sendo que este poderá ser compreendido também a partir do conceito de territórios, desterritorialização e reterritorialização como modos de entender o funcionamento do desejo como processo, como gênese recíproca, como problemático.

Com esse entendimento, podemos dizer que a “essência desejante” de um território é composta pelos fluxos processuais de desterritorialização em função da máquina abstrata, ou seja, a essência do desejo é o próprio processo de diferenciação, de produção, ou de criação. Desse modo, as estratificações remetem-se a uma contínua criação processual. Entretanto, por não se reduzir às suas formas “estáveis” é que se diz que os territórios são heterogêneos e que suas formas ou elementos estão mais em função de mudanças, de criação em potência, de uma metaestabilidade processual do que de um equilíbrio a ser alcançado. E esta parece ser a marca da criação e por conseguinte, do agenciamento: o caráter processual, metaestável e problemático da criação ou da invenção.

O agenciamento tem uma dimensão máquina abstrata, diagramática, pré-individual, desterritorializada, coletiva e coexistente com uma outra dimensão concreta, estratificada, territorializada. As duas dimensões constituem-se de um plano de imanência que

pode ser chamado de plano de imanência da natureza. Isto é, um plano de forças, de produção de diferenças em que tudo o que é produzido ou criado é produzido no agenciamento, como agenciamento e tem a realidade complexa do agenciamento. Como destacado em *Kafka*, tal realidade complexa contempla um regime de corpos com suas ações e paixões, regimes de signos/semióticas, de atos e de enunciados, e transformações incorpóreas atribuindo-se aos corpos (DELEUZE; GUATTARI, 2014).

Deleuze (2010) não se recusa a dar ao agenciamento o nome que lhe cabe: desejo. A concepção de desejo como fábrica, como natureza, como processo de produção e como desejo maquínico ganha, assim, uma ampliação com o conceito de agenciamento. Nesse sentido, para Deleuze e Parnet (1998) qualquer agenciamento, composição ou reunião de elementos diversos expressa e constitui-se como o desejo construindo o próprio plano que o torna possível e, nesse processo, torna o desejo possível, o efetua e o impulsiona como processo. Desse modo, falar de agenciamentos remete ao campo do desejo, à natureza desejante como força de produção.

O desejo compreende, assim, introduzir ou produzir desestabilização/desterritorialização nos territórios ou nas composições cristalizadas, codificadas, estratificadas, reterritorializadas ou organizadas, ou talvez melhor, o desejo implica colocar em movimento, fazer bascular o agenciamento do seu lado estratificado para o lado máquina abstrata e pré-individual que lhe é imanente. Desejo é um tipo de “operação imanente” da imanência. Em outras palavras, o desejo remete mais a desterritorialização como um meio de impulsionar os fluxos maquínicos para a produção, invenção ou criação.

Sendo assim, por ter como características principais a desterritorialização, a processualidade e o caráter metaestável, é que se diz que o conceito de agenciamento-desejo serve para afastar concepções de finalidades, de determinações, de essências ou idealidades a serem alcançadas. O desejo, então, não tem nada a ver com ideais, com alguma “essência” ou individualidade “interiorizada” ou indivíduos personológicos/personificados.

Ao invés de definir desejo em função de pessoas, indivíduos, ou sujeitos dados, Deleuze e Guattari colocam em pauta o desejo que implica processos de subjetivação que estão voltados para a dimensão pré-individual, processual e coletiva dos agenciamentos. Ou seja, para além da concepção de homem ou de indivíduos supostamente determinados por essências, os indivíduos devem ser entendidos segundo os processos de individuação e/ou processos de subjetivação. É o agenciamento que determina, como consequência do seu funcionamento, os processos relativos à subjetivação e as atribuições de individualidade. Os elementos encontram sua individuação no agenciamento do qual eles fazem parte. Essa

concepção de individuação como processo vem da influência de Simondon (ESCÓSSIA, 2012).

Nessa concepção, a individuação constitui a gênese, ao mesmo tempo, do indivíduo e do meio. Uma individuação é concernente a uma atualização, a uma concretização ou territorialização como parte do processo desejante em que se constitui um agenciamento. Por exemplo, objeto técnico, indivíduos, discursos, enunciados, subjetivações, modos de agir e pensar, e realidades são atualizações que ocorrem simultaneamente e que não anulam ou esgotam a dimensão processual, coletiva ou máquina abstrata do agenciamento. Dito de outro modo, há uma individuação de toda uma realidade que se mantém prene de sua processualidade metaestável e perene.

Na concepção de individuação em Simondon, assim como retomada por Deleuze-Guattari (2012), vemos, então, que o indivíduo não é o resultado ou a finalização do processo de individuação, como se o indivíduo tivesse privilégio ontológico e como se sua condição de existência fosse ou estivesse definitivamente individualizada. Para esses autores, o indivíduo não é o horizonte de determinação do processo de individuação, não é modelo, mas é uma das instâncias do processo de individuação, de modo que para se falar em termos de se conhecer um indivíduo, é necessário conhecê-lo através do processo de individuação e não o processo através do indivíduo (ESCÓSSIA, 2012).

Assim, um indivíduo só pode ser compreendido pelo processo de individuação que se mantém como realidade e na sua realidade de individuação. Dizendo de outro modo, o indivíduo só se constitui como tal no agenciamento, território ou territorialidade que lhe diz respeito, por isso, um indivíduo se encontra agenciado, territorializado, estando mais aberto ou menos aberto a outros agenciamentos, aos processos de desterritorialização ou reterritorialização. É desse modo que o agenciamento como desejo e como processo comporta também uma concepção de individuação.

Nessa concepção, o agenciamento, a realização de potencialidades, a integração, a seleção, a estratificação ou a territorialização não estão dados de antemão por um ideal especulativo, por modelos prontos, mas emergem sempre de relações complexas, de processos de luta, de embates e de disputas próprias às forças processuais e às tendências no agenciamento.

A respeito da concepção de relação complexa, que caracteriza os embates e é a condição das forças, pode-se acrescentar que tal relação tem o grau de realidade dos termos heterogêneos que a compõem, isto é, tem o grau de realidade do conteúdo e expressão, dos corpos e enunciados, mas a relação, por ser externa, não se reduz a esses termos: ela não é

uma substância, essência ou acidente. A relação é externa aos termos, é a condição constitutiva dos elementos heterogêneos que compõem o agenciamento, assim como também constitui a exterioridade dos elementos e a sua margem de indeterminação (como é a máquina abstrata/diagrama). Tal relação complexa e dinâmica se prolonga na existência dos seres constituídos/individuos por ela, de modo que permanece como uma franja de indeterminação da individuação, da constituição dos seres individuados e do meio (LAZZARATO, 2005).

Considerando o que foi apresentado até aqui, o agenciamento constitui um conceito para se abordar a complexidade das relações dinâmicas que constituem a realidade (da individuação) em suas dimensões como linguagem, enunciação, ou discurso; como corpos ou objetos; como técnica ou tecnologia; como signos, sentidos; assim como o conceito possibilita abordar as transformações da realidade ou do real, ou seja, os seus acontecimentos. Possibilita, também, entender a individuação, os processos de subjetivação, bem como analisar os vários modos de agir, desejar, pensar e sentir. O agenciamento-desejo, assim dizendo, compreende a unidade complexa e dinâmica do mundo, a produção dos territórios, de territorialização-desterritorialização ou da realidade em suas relações, movimentos e embates.

Por se constituir como uma realidade dinâmica, complexa e relacional, o agenciamento não faz ou comporta uma síntese dos elementos, muito menos colmata as suas diferenças. Ao contrário, sua característica é conceber a primazia e a afirmação da exterioridade das relações, da processualidade, da heterogeneidade, das misturas, das tensões, do basculamento e dos movimentos de desterritorialização que implicam a multiplicidade do real.

Por isso, o agenciamento-desejo diz respeito a uma multiplicidade da individuação, multiplicidade esta que ultrapassa a distinção entre consciência e inconsciente, imaginário e simbólico; entre natureza e história, entre natureza e cultura, entre corpo e alma. De fato, fala-se da natureza do agenciamento, mas como um processo imanente, maquínico desejante ou força desejante produtiva da natureza.

Com isso, podemos dizer que a concepção de multiplicidades agenciadas está em função da superação das dicotomias ou dualismos a partir da proposta da filosofia da diferença, inclusive os dualismos presentes nas discussões sobre tecnologia, a saber, o dualismo homem-técnica/tecnologia, individual-social, subjetivo-objetivo, homem-natureza, natureza-cultura, natural-artificial. Ou seja, a superação dos dualismos, das finalidades, através do conceito de agenciamento é o que vai dar o caráter problemático à questão dos

territórios e seus processos de individuação, de produção dos objetos técnicos/tecnologias e do desejo.

O desejo-fábrica-natureza-multiplicidade diz respeito à coexistência relacional de elementos e dimensões heterogêneas para além das dicotomias e, segundo pensamos, pode também fornecer uma leitura que contempla a categorização ampla da tecnologia feita por Mitcham, mas com algumas implicações interessantes para essa ampliação, o que veremos no decorrer do texto, mas que já adiantamos, a saber, a primazia da dimensão do desejo como força de produção imediatamente social sobre as outras dimensões da tecnologia.

Nesse sentido, o conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari (1997) coloca a técnica em posição diferente da posição colocada por Heidegger ou por Marcuse. Se esses viam a técnica como algo pernicioso que se sobrepujaria ao campo das relações sociais, vemos que o agenciamento ou o desejo como produção imediatamente social tem o primado sobre a técnica, a tecnologia, sobre os objetos ou artefatos. Estes, por sua vez, estão inscritos no agenciamento do qual fazem parte e tem sua utilidade, seu uso, seu sentido ou até mesmo seu significado a partir do agenciamento que é imediatamente social, de modo que só poderemos compreender a técnica ou a tecnologia a partir do seu agenciamento-desejo.

Para entender o funcionamento do agenciamento e trazer a discussão para o campo da filosofia da tecnologia, recorreremos ao livro *Mil Platôs 5*. Nele, podemos ver uma definição que se refere mais especificamente à tecnologia, como colocamos acima. Segundo os autores:

O princípio de toda tecnologia é mostrar como um elemento técnico continua abstrato, inteiramente indeterminado, enquanto não for reportado a um agenciamento que a máquina supõe. A máquina é primeira em relação ao elemento técnico: não a máquina técnica que é ela mesma um conjunto de elementos, mas a máquina social ou coletiva, o agenciamento maquínico que vai determinar o que é elemento técnico num determinado momento, quais são seus usos, extensão, compreensão..., etc. É por intermédio dos agenciamentos que o *phylum* seleciona, qualifica e mesmo inventa elementos técnicos, de modo que não se pode falar [por exemplo] de armas ou ferramentas [objetos técnicos] antes de ter definido os agenciamentos constituintes que eles supõe e nos quais entram. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 81)

A tecnologia só pode ser entendida quando se reporta à máquina social ou coletivo que a supõe. Ela é o modo como o elemento técnico é determinado pelo agenciamento que a máquina social supõe. Essa máquina social determina o elemento técnico, assim como seus usos, selecionados, qualificados ou inventados.

Nesse texto, vemos que Deleuze e Guattari afirmam certa primazia do agenciamento o que faz com que um objeto técnico ou artefato esteja em função do

agenciamento que os supõem e nos quais entram. Dito de outro modo, é a máquina social ou coletiva que determina os elementos técnicos, seus usos e extensões, a partir dos quais teremos os objetos ou artefatos técnicos.

Faremos a discussão sobre agenciamento e *phylum* nos próximos capítulos, por enquanto, basta ter em mente a primazia, a complexidade do conceito de agenciamento que comporta uma concepção de processo, de conteúdo, de expressão, de corpos e de signos etc, os quais o conceito trás para a problematização da tecnologia.

Para finalizar, é importante destacar que o conceito de agenciamento e a complexidade que o conceito inclui fornecem um ponto de vista problemático, sempre aberto, em vias de mudança e de diferenciação, segundo o qual se constitui a realidade em sua multiplicidade ou, se quisermos, o real enquanto processo de produção de diferenças e coexistência de elementos heterogêneos. Nesse sentido, podemos falar do agenciamento como uma multiplicidade, uma totalidade processual e, por isso, sempre aberta, mas não se trata de uma totalização. Nesse contexto do agenciamento e multiplicidade é que poderemos abordar o desejo e o objeto técnico.

### **3. DESEJO E OBJETO TÉCNICO**

#### **3.1 O desejo**

Na perspectiva da filosofia da tecnologia que mostramos na introdução, vimos que a tecnologia, segundo alguns filósofos, tem uma dimensão que comporta a volição, o ato, o querer ou a vontade, quem ou o que faz tecnologia (CUPANI, 2004). Dissemos ainda que “querer” ou “vontade”, “ato” ou “volição”, podem ser relacionados, de certa forma, ao desejo, e que tal desejo parece estar em função do homem ou da humanidade, o que parece ser uma visão antropocêntrica do desejo e da tecnologia. Nesse contexto, o homem é “quem quer” ou quem “faz” tecnologia, quem inventa ou conhece a técnica, ou quem age tecnicamente (o homem domina uma tecnologia que seria passiva). Uma posição contrária a essa seria aquela que diz que o homem estaria à mercê da técnica ou da tecnologia, como se o homem estivesse passível à tecnologia.

Nas duas concepções, o centro de preocupação é o homem que age ou que sofre a ação. O homem é o centro ou o horizonte de orientação, de adaptação e de racionalidade para a humanidade, isto é, há uma ideia de um “padrão homem/humanidade” para outros homens, mulheres e, inclusive, ao que parece, para a definição de outras sexualidades. Nesse sentido é que se configura certo antropocentrismo e antropomorfismo.

Entretanto, a concepção de desejo de Deleuze e Guattari traz uma série de implicações importantes para pensar a tecnologia. Como vimos, o conceito de agenciamento comporta uma concepção de objeto, de desejo, de processo e de relação da qual o homem, ou o indivíduo fazem parte, são efeitos, ou são produzidos, mas não ocupam posição privilegiada ou central. A primazia é dada aos processos da natureza desejante, ao coletivo de relações complexas e dinâmicas, à máquina abstrata ou à desterritorialização.

A implicação mais imediata dessa primazia é que o mundo ou a realidade constituem-se como relações complexas de agenciamentos e pelo agenciamento. Isto é, a primazia não é do homem ou do indivíduo, mas da processualidade, da individuação, como já dissemos: primazia da natureza como desejo, ou da natureza como relações de força, como processo de produção maquínico desejante.

Dito isso, para delinear a problematização da volição ou do desejo nas concepções mostradas por Mitcham, vamos destacar, primeiro, a concepção de Ortega y Gasset (1991). A partir desse delineamento veremos melhor a implicação da concepção de desejo não antropológico ou não antropocêntrico dada por Deleuze e Guattari.

O sentido de volição que está presente na filosofia da tecnologia é bastante amplo, mas de maneira geral, a “tecnologia como volição, é a manifestação de determinada atitude ou propósito do homem na sua relação com a realidade” (CUPANI, 2016, p. 21).

Assim, a dimensão da volição parece ser algo unicamente presente no homem ou na humanidade. A volição está relacionada com o querer ou vontade humana e só dependeria dela. Mitcham apresenta algumas relações entre a volição e tecnologia, que estão implícitas em muitos filósofos da tecnologia: a tecnologia como a vontade de sobreviver ou de satisfazer necessidades; como vontade de controlar ou vontade de poder; como vontade de liberdade; como busca de ou vontade de eficiência; como vontade de realizar a *Gestalt* do trabalhador, ou vontade referenciada por algum tipo de autoconceito, autoconhecimento ou autorrealização (MITCHAM, 1994).

A volição, segundo cada uma das características acima, teria como seu produto diferentes tipos de tecnologia ou técnica para controlar, dominar, interferir, ampliar, restringir a relação do homem com o mundo, o que aparece, às vezes, como algo benéfico, outras vezes parece trazer prejuízos para o próprio homem, como, por exemplo, a perda da sua individualidade. Esses benefícios ou prejuízos parecem embasar as críticas feitas a tecnologia, sua separação e operação sobre a natureza, além de embasar um ponto de vista que reduz a tecnologia a uma fornecedora de ferramentas uteis.

A volição também parece ser considerada para além do ponto de vista individualista, isto é, até se considera um aspecto social, entretanto esse aspecto vai ser referir a um grupo ou associação de pessoas já consideradas em uma individualidade dada. Além disso, o entendimento geral do aspecto de volição parece levar sempre em conta a oposição ou dualidade entre intenções humanas subjetivas e objetivas. Outro problema que o autor mostra é se o objeto, o conhecimento ou a atividade como dimensões da tecnologia são compatíveis com a vontade ou com o desejo do homem. Esta questão tem a ver com o que as pessoas fazem com a tecnologia ou se a tecnologia pode ser transformada por diferentes vontades ou desejos das pessoas/indivíduos (MITCHAM, 1994).

É ainda interessante, para nossa discussão, destacar que Mitcham (1994) aponta que uma característica da tecnologia é que a dimensão da volição distancia a discussão da técnica/tecnologia da dimensão da engenharia e a aproxima da discussão da dimensão filosófica, o que passa a ideia de que engenharia, volição ou desejo, engenharia e filosofia ou técnica e desejo, se excluirmos ou, no mínimo, estariam em campos de discussão afastados.

Em função desse delineamento, ainda queremos destacar a concepção de volição ou desejo a concepção de desejo em Ortega y Gasset (1991). Ele mostra a dimensão da tecnologia como volição entendida como auto-realização. Vamos destacar essa concepção para marcar mais precisamente a diferença de desejo e de técnica sob um viés antropomórfico e outro não-antropomórfico.

Esse autor é um dos primeiros a pensar a técnica do ponto de vista filosófico. O seu livro *Meditação da técnica* (1991) aborda reflexões sobre o fenômeno da técnica, argumentando que o homem é inventor da técnica e a tecnologia traz a possibilidade para se viver melhor (ORTEGA Y GASSET, 1991), isto é, para o homem viver melhor.

Segundo o autor, o desejo está em função do perfil do homem que desejamos ser. Esse seria o desejo radical, fonte de todos os outros desejos. Por isso, ele defende que se alguém é incapaz de desejar-se a si mesmo como essência a se realizar, é porque não tem claro o que é um “si mesmo” a realizar, então tem apenas pseudodesejos. O desejo original é invenção, criação, mas quando o homem deseja o que o meio já oferece, o que já está dado, ou quando o homem deseja o que outros desejam (reprodução), tal desejo é uma ficção (ORTEGA Y GASSET, 1991). Enfim, para esse autor, a criação no nível da invenção material através da técnica, do conhecimento e de processos é precedida de uma afirmação auto-criativa ou de uma auto-realização do próprio homem.

A concepção antropomórfica/antropocêntrica de desejo e volição presentes na filosofia da tecnologia contrasta com a concepção de desejo em Deleuze e Guattari. Nas

discussões da filosofia da tecnologia, como mostram Mitcham e Ortega y Gasset, o homem é o elemento central, é a vontade ou o querer do homem que parecem determinar a ação e os produtos da tecnologia ou da técnica. E esse homem parece ser compreendido, de saída, como um indivíduo “individualizado” e determinado ou que tem que realizar a sua essência para depois realizar invenções autênticas.

Vemos que essas concepções não colocam em questão a figura do homem, mas, sim, parecem colocá-lo como ser central, o horizonte de determinação e operação sobre a natureza. Nesse horizonte, a invenção ou criação partem primeiro da necessidade de auto-realização do homem. A tese dos autores é antropomórfica, portanto, o desejo refere-se exclusivamente ao homem (ou humanidade) e à realização de supostas essências humanas.

Entretanto, como é possível ver em Deleuze e Guattari, o conceito de agenciamento coloca em questão o ser do homem ou a humanidade em função dos processos pertinentes ao agenciamento. Com isso, esses autores não trabalham em torno de essência humana ou de antropocentrismos. Essa mudança de foco altera toda a questão do desejo. Este já não se refere exclusivamente ou prioritariamente a uma vontade ou querer humano, mas ao agenciamento como força desejante ou força produtiva da natureza como fluxo desejante, matéria-força ou matéria-movimento.

Com tal conceito, Deleuze e Guattari se afastam da concepção de desejo, de individuação ou de produção centrada no homem para dar primazia ao campo do desejo como processo coletivo de forças e processualidade imediatamente social e político. Da mesma forma, privilegiam os processos de individuação e subjetivação em função do conceito de agenciamento. Nesse aspecto, a questão não é mais “quem” ou “para que” ou “para quem”, mas como o agenciamento funciona, como acontecem a dinâmica das relações, de que modo um agenciamento inscreve-se como *socius*/território e como nesse processo de inscrição ocorre as individuações e/ou subjetivações, ou como emergem as técnicas ou a tecnologia.

Neste entendimento, o desejo, como processo da natureza, produz ou implica um plano imanente de produção, um agenciamento ao qual ele não preexiste, mas um plano que está sempre sendo construído e reconstruído, sofrendo composições e transformações. A produção desse plano ou do agenciamento implica uma política de composição, de seleção, de individuação, de criação ou de invenção que, por sua vez implica um coletivo de forças presentes no funcionamento dos agenciamentos segundo uma maior ou menor abertura a seus processos de desterritorialização e reterritorialização.

Dito de outro modo, o desejo é imediatamente social, realiza-se como inscrição do fluxo desejante produtivo no *socius* em que ele (o desejo) integra, atualiza ou reterritorializa e

desterritorializa-se em um agenciamento e como agenciamento. Pelo fato do desejo “essencialmente” impulsionar a desterritorialização é que podemos dizer que o território ou a territorialidade se organiza ou se compõe problemáticamente. O que consideramos “homem” está em função desses processos.

Comparando Deleuze, Guattari e Ortega y Gasset, e de modo mais amplo, comparando aquilo que Mitcham mostra a respeito da volição e desejo, podemos dizer que o que há em comum entre eles é que o desejo é produção e invenção. Entretanto, para Deleuze e Guattari, ao contrário de Ortega y Gasset, o que se chama de “Homem” ou “humanidade” seria uma ficção quando aparece como uma finalidade do desejo. Sendo assim, o desejo entendido como uma finalidade ou propósito, ainda mais se for exclusivamente do homem ou do humano, jaz colmatado pela ideia de realização de uma essência determinante e determinada, que seria humana, que seria reprodução.

Pensa-se, com Mitcham e Ortega y Gasset, o desejo em função do homem como uma essência, como um projeto, como padrão, como horizonte de racionalização, organização e ordenação através da razão e/ou das ciências ou das tecnologia. Entretanto, entendido como agenciamento, o desejo está em função do *socius*, do coletivo e em função de impulsionar o basculamento para a máquina abstrata, para o processo de desterritorialização.

Com a primazia do processo de natureza desejante, o agenciamento constitui-se de um certo anti-humanismo, se opondo a um humanismo que entende o Homem como padrão ou horizonte de realização ou como finalidade exclusiva no desejo. Será a partir do processo eminentemente desejante ou nesse processo de agenciamento, de composição de elementos heterogêneos é que se poderá compreender como se constitui a humanidade. Do mesmo modo que o objeto técnico, assim também é com a humanidade ou com o homem, isto é, este só pode ser entendido em processualidade, como uma composição ou modo de organização, determinado, selecionado como uma invenção ou criação segundo um *phylum*.

O fator determinante é o desejo, mas este não é interior a um sujeito, ou um indivíduo, homem, mulher, humanidade, nem mesmo se direciona para um objeto dado, mas o produz. Há a primazia do desejo – como natureza, como processo de produção desejante -, sobre os elementos, objetos, indivíduos criados ou selecionados num agenciamento.

Entendido assim, os agenciamentos,

São passionais, são composições de desejo. O desejo não tem nada a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado. A racionalidade, o rendimento de um agenciamento não existem sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto ele os constitui (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 83)

Desse modo, o agenciamento-desejo condiciona, como força produtiva da natureza, regimes de relações, de indivíduos, de objetos, de corpos, de enunciados ou de signos. Tais relações podem ser de organização, de composição, de desenvolvimento e desfazimento das formas, que implicam também formação de sujeitos em função de uma margem de indeterminação que insiste, que é o seu lado máquina abstrata, diagramático ou maquínico desejante, o que parece ser o cerne do conceito (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Como veremos nos próximos tópicos, será a partir das dinâmicas das relações e funcionamento dos agenciamentos, ou a partir das condições de produção *socius*-desejantes é que poderemos entender a tecnologia, o objeto técnico, o sujeito ou indivíduos como processos de subjetivação ou individuação. Porém é necessário entender a natureza das relações e sua dinâmica como veremos a seguir.

### **3.1.1 Desejo, relação e a transversalidade do phylum**

A natureza como processo de produção desejante implica e está implicada por relações de “produção material”, de indivíduos, ou de produção de subjetividade, que vamos destacar aqui em relação ao *socius* e à territorialização. Abordar as características dessas relações será importante para mostrar a natureza como processo desejante que implica a produção de territorialidades ou territórios existenciais complexos, seus regimes de relação, suas técnicas e tecnologias.

A relação que estamos apontando no agenciamento-desejo é uma relação transindividual, transversal ou de contágio. Ela não se reduz aos indivíduos, objetos ou elementos e comporta ao mesmo tempo o plano pré-individual/pré-subjetivo/diagramático, processual e desejante. Esse plano se constitui como um plano da individuação-indivíduo, que é uma relação com um mundo como criação e invenção do próprio mundo, dos objetos e dos indivíduos.

Os elementos de um agenciamento em seu processo desejante entram ou estão em relação (de contágio, de contaminação, de comunicação, ou de transversalidade) pelo plano pré-individual, diagramático e processual desejante. Assim, os agenciamentos são composições do desejo, mas como isso funciona?

Como dissemos, as relações são externas aos seus termos, o que quer dizer que as relações são independentes dos termos e os termos podem ter múltiplas relações ao mesmo

tempo de modo que podem mudar suas relações e estar em um sistema ou outro, ou em um agenciamento ou outro (LAZZARATO, 2005).

É por esse modo transversal de relação que o *phylum* ou fluxo maquínico atravessa (ou transversaliza) singularidades em diferentes agenciamentos. De outro modo, é por esse modo de comunicação, de contágio ou de transversalidade do *phylum* que os agenciamentos se comunicam, codificam (territorialização) e descodificam (desterritorializam), se diversificando. Nesse processo se dá a seleção, destaque ou invenção. Ou seja, é por intermédio dos agenciamentos que o *phylum* tem seleciona, qualifica e mesmo inventa elementos técnicos (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

A dinâmica processual dos agenciamentos deve-se ao plano pré-individual que comporta uma carga de natureza desejante como processo que se atualiza imediatamente como social/coletivo ou melhor, como *socius*. O *socius* é entendido, assim, como uma inscrição de relações-processos irreduzíveis ao conjunto das formas, dos indivíduos, dos significados, dos papéis sociais etc, e não pode ser reduzido ao campo simbólico, às leis, aos sentidos ou às relações já dadas, formalizados de uma vez por todas.

O *socius* codifica, inscreve e registra os fluxos do desejo ou o *phylum*, não deixando que eles corram sem ser canalizados, regulados ou agenciados. Ele funciona como uma superfície de inscrição ou de territorialização do desejo em sua processualidade, que é a condição da individuação e de territorialidade.

Portanto, em função da processualidade, a individuação ou formalização/concretização não se esgota no processo de territorialização, não esgota as relações possíveis e não se finaliza por determinação ou por ideal, mas mantém uma franja de indeterminação, de abertura e de manutenção dos processos através do funcionamento da máquina abstrata ou da desterritorialização. Essa franja de indeterminação constitui o caráter problemático dos territórios e sua organização.

O agenciamento responde ao problemático, à complexidade das relações que persistem e insistem/resistem em sua dinâmica processual. Desse modo, a principal característica da concepção de relação é a sua exterioridade em relação aos elementos, assim como sua indeterminação, metaestabilidade e irreduzibilidade à forma, à extratificação ou à formalização. É essa exterioridade que implica variações e diferenças.

Na variação de destaques, seleções, inovações e codificações de um território, quanto mais se efetiva o *quantum* de contágio, ou a comunicação transversal, mais o agenciamento, seus elementos, objetos ou os indivíduos ganham em relações e variação de corpos (maior variedade de conexões e desconexões, passagens entre agenciamentos,

mudança de relações). Tal corpo se constitui em função dos modos de ligação do *phylum*, conexo ao mesmo tempo ao espaço nômade [máquina abstrata, diagramático, decodificado, desterritorializado], e ao espaço sedentário [integrado, concreto, codificado, reterritorializado] (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Nesse sentido, o *socius* ou o território tem a transversalidade como modo de comunicação-contágio que vai funcionar implicado na criação ou invenção de corpos que respondam ao embate de tendências das forças presentes na territorialidade. Quanto mais um território estiver aberto às relações, à transversalidade, ao problemático, mais ampliada estará a circulação das forças de criação, de invenção, da conexão e desconexão, de afetar e ser afetado. Desse modo, a comunicação e a transversalidade não estão dados, mas se constituem juntamente com o território.

No sentido de uma comunicação transversal, de *quantum* de contágio, ou de abertura ao problemático é que as singularidades da matéria ou as singularidades humanas no agenciamento ou como agenciamento ganham destaque na territorialização-territorialidade. As operações sobre as singularidades humanas – e não necessariamente o padrão “homem/humanidade” –, ganham destaque por conta da plasticidade, de variabilidade e possibilidades de relações, de comunicação “informativa” e transversal no agenciamento-*phylum*. As singularidades humanas apresentam grandes possibilidades de variação para além da forma “Homem”, entretanto essa forma ganha certo destaque, mas segundo o funcionamento do agenciamento, como ainda veremos com Lazzarato.

Sendo assim, será a partir da natureza, da sua relação dinâmica de produção, de seu processo desejante, que organiza ou compõem problematicamente a processualidade *socius*-desejante do agenciamento, de territórios e de corpos, de materialidades, de singularidades, inclusive humanas, é que se poderá falar em objeto técnico e tecnologia, como veremos na próxima seção.

### **3.2 Objeto técnico e *phylum***

Como vimos, o desejo só existe agenciado ou como agenciamento, e, como já foi dito na introdução, o princípio de toda tecnologia é mostrar como um elemento técnico só é selecionado ou destacado segundo um agenciamento, uma máquina social, e como o elemento técnico só pode ser entendido segundo as condições *socius*-desejante, que o seleciona ou o determina ética, estética e politicamente.

Desse modo, o objeto técnico só pode ser entendido (tecnicamente, eticamente, esteticamente e politicamente) no seu agenciamento, segundo seus dois polos, segundo seu funcionamento e seus processos. O primado é, então, do desejo, do agenciamento maquínico e coletivo sobre o elemento técnico, e é o *phylum* que o seleciona, qualifica e inventa elementos técnicos, segundo o agenciamento que o atualiza (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Nesse sentido, para compreender o que é um *phylum*, cabe acrescentar que:

O *phylum* tem simultaneamente dois modos de ligação diferentes: é sempre conexo ao espaço nômade [máquina abstrata, diagramático, descodificado, desterritorializado], ao passo que se conjuga com o espaço sedentário [integrado, concreto, codificado, reterritorializado]. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 106)

Desse modo, as duas potências relacionais do *phylum* são a ruptura e a continuidade. Assim, o *phylum* como uma linha de inovação da qual fazem parte a propagação e a difusão, marca também uma virada que faz passar um objeto (técnico) de um agenciamento a outro capaz de reproduzi-lo e integrá-lo a outros agenciamentos formando uma relação complexa como continuidade-ruptura. “A propagação, a difusão, fazem plenamente parte da linha [*phylum*] de inovação” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.92).

Nessa dinâmica tensional e relacional, um objeto técnico em função do elemento técnico, parece ampliar ou possibilitar conexões em função de suas singularidades e traços, seus vários agenciamentos em relação um com o outro e recortados por um *phylum*; entretanto, tal dinâmica pode também romper conexões e passar ou fazer passar a outros agenciamentos.

Dessa relação desejo-agenciamento-*phylum* podemos ver que um agenciamento não elimina, necessariamente, outro agenciamento, mas eles são “integrados” (entram em comunicação/relação) e formam uma rede complexa. Os agenciamentos “agenciam” elementos de um *phylum*, por exemplo, épocas, idades (criança, jovem, velho), gêneros (homem, mulher, trans etc), períodos (antiguidade, renascença etc), ciências, técnicas que respondem a agenciamentos que se atravessam (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Como efetuação das duas potências do *phylum*, a continuidade é uma passagem, sendo que essa passagem é, paradoxalmente, uma ruptura ou um corte que marca a passagem entre agenciamentos ou entre agenciamentos nômade e sedentários. A criação ou a invenção implica tal passagem/corte, e é o corte que fornece novas conexões ao *phylum*.

Ao introduzir a noção de *phylum*, Deleuze e Guattari (2012) parecem querer dar a ver mais um elemento de funcionamento da complexidade, que constitui a diferença

implicada na seleção e na dinâmica relacional do agenciamento. Isto é, qualquer diferença, singularidade ou traços de expressão, dos elementos de um agenciamento ou objetos técnicos só podem ser entendidos através do funcionamento dos agenciamentos. Para tentar entender isso faremos uma adaptação-interpretação da proposição VII de *Mil Platôs 5*.

Dito isso, a princípio, poderíamos pensar a invenção de um objeto técnico relacionado apenas com os elementos intrínsecos e extrínsecos de uma matéria. Em relação à madeira, por exemplo, a invenção de um objeto estaria relacionada ao modo de se cortar a árvore, acompanhando ou não seus veios, como vemos em Simondon quando ele aborda o modo de existência dos objetos técnicos.

De outro modo, poderíamos pensar os objetos em termos de suas singularidades (matéria como por ex.: o ferro, o aço, o cobre, o urânio, o silício etc): ductibilidade, maleabilidade, ponto de fusão (alto ou baixo), dissipação do calor, condução de eletricidade, propriedades físico-químicas que tornam possível um tipo de operação sobre a matéria.

Poderíamos remeter os objetos, também, às propriedades que são derivadas das operações sobre a matéria, ou mesmo às características relativas às fontes naturais de extração, como a facilidade ou dificuldade de encontrar a matéria e/ou extrai-la. Essas propriedades são também os traços de expressão, as operações realizadas sobre as singularidades, relativas às singularidades, por exemplo, a operação que transforma a matéria “cobre” em fio, em chapa, ou que implica em sua dureza, corte, polimento; a operação que proporciona a capacidade da matéria em ser fio condutor de eletricidade (elétrons) ou um capacitor; operação que proporciona à matéria entrar em mistura com outras matérias (fazer liga).

Poderíamos ainda pensar os objetos por seu formato/estrutura: objetos feitos com a matéria silício, por exemplo, os chips, os transistores ou os espelhos de silício; objetos feitos com a matéria cobre: fio elétrico que possibilita boa passagem de elétrons, ou fio de resistência elétrica que dificulta a passagem de elétrons; objetos feitos com aço e que tem formato e estruturas diferentes, por exemplo, faca de mesa, cutelo ou espada.

Objetos ou artefatos poderiam ser também remetidos a diferenças como por exemplo, entre o computador desktop, o notebook ou um *tablet*. O desktop para ser usado sobre uma mesa, ser de difícil transporte; o notebook, por sua vez, é usado sobre uma superfície, mas é mais fácil transportar, é leve; o *tablet* pode ser carregado no bolso, tem tela integrada, pode ter os mesmos recursos que um desktop.

As diferenças também poderiam ser referidas por tipos de uso, por exemplo, uso doméstico (assistir vídeos no computador ou no smartphone, uso do smartphone como

aparelho de comunicação de mensagens); uso na guerra (armas como a faca ou a espada); uso na medicina (faca ou instrumento cortante como bisturi); uso no trabalho (planilhas eletrônicas ou em papel). Podemos remeter as diferenças dos objetos ao design, como telas *touch screen*, mouse de computador, teclado alfanumérico, tela de tubo de raios catódicos, tela de LCD; bem como poderíamos remeter as diferenças dos objetos à sua ergonomia, por exemplo, a diferença entre cadeira de escritório, a cadeira das salas de espera de um consultório e cadeiras decorativas de um *living* de uma residência.

Desse modo, poderíamos dizer que os objetos ou artefatos inscritos em uma territorialidade têm diferenças relativas à matéria da qual são feitos (aço, ferro, cobre, silício, etc); diferenças relativas ao formato ou estrutura, assim como diferenças em relação ao uso, ao design, etc. Mas, principalmente, além das diferenças citadas, segundo a adaptação da proposição VII de *Mil Platôs 5* que estamos fazendo, podemos apontar diferenças mais determinantes em relação aos objetos a partir de:

- tipos de organização e leis, por exemplo, poderia dizer que as leis de uso de softwares os diferenciam (uso limitado/proprietário, *freeware* ou código aberto); leis de regulação de uso de faixas de frequência de comunicação, ou do *Wifi*. Normas regulatórias do uso dos fios de cobre para instalações elétricas residenciais ou no comércio (a capacidade do fio suportar determinada carga elétrica). Outro exemplo pode ser a regulação ambiental para a exploração de minas de cobre ou a regulação de uso de elementos radioativos, seja em hospitais, ou usinas nucleares;
- modelos (de organização - social-econômica-política), condições de existência, como, por exemplo, o sistema/regime de trabalho são condições de existência para as tecnologias usadas no ambiente de trabalho de uma empresa ou no home-office. O sistema/regime de guerra influencia as tecnologias utilizadas nas guerras e combates (guerra de trincheira, guerra à distância com mísseis ou com drones. Regulação do sistema de produção de energia;
- discursos, práticas ou modos de vida (estéticas de existência) com seus processos de subjetivação, o que implica as singularidades humanas desse processo e as operações sobre tais singularidades— sobre os afetos, as percepções, a racionalidade, a memória, a força física, a sensibilidade, os afetos, certa racionalidade, os regimes de cognição, de mentalidades etc.

Segundo entendemos, na discussão que os autores trazem em *Mil platôs 5*, os processos de subjetivação, os modos de organização e modelos de subjetivação, passam a ter primazia no modo de diferenciação e produção dos objetos técnicos, o que está implicado na relação diferencial de destaque e seleção dos elementos, implicado também pelas singularidades humanas. Nesse sentido é que se poderá entender que a primazia é do funcionamento dos agenciamentos e não dos objetos. Assim entende-se a argumentação de que o princípio de toda tecnologia é mostrar como um elemento técnico, seus usos e sua extensão só podem ser compreendidos quando reportados ao funcionamento do agenciamento da máquina social ou coletiva. Nesse sentido é que também entendemos, como ainda veremos com mais detalhes nos próximos tópicos, que a produção de subjetividade será a matéria prima para a produção de mercadorias no capitalismo.

Por enquanto, quanto às diferenças, singularidades ou traços de expressão apresentados, podemos ver que o conceito de *phylum* com sua dinâmica complexa de relação de conexão e desconexão, de composição de agenciamentos, parece dar a ideia de que as diferenças não só se ligam ou se conectam entre si, como também as diferenças são constituídas e são constituintes das relações que engendram e percorrem os agenciamentos. Essas diferenças, então, não são excludentes, mas se prolongam ou se desdobram umas nas outras, fazendo parte, caracterizando e transformando os agenciamentos das quais fazem parte e as engendram.

Essas diferenças, segundo a primazia do agenciamento, só podem ser entendidas segundo seu funcionamento, segundo um *phylum*, compreendendo uma dimensão social (*socius*) ou coletiva e não apenas a partir das próprias diferenças, singularidades ou traços de expressão (como se pudessem ser entendidas nelas mesmas). Dito de outro modo, as diferenças, singularidades ou traços de expressão têm sua seleção e destaque, segundo uma relação de corpos e de enunciados, seus usos, organização, leis ou modos segundo o funcionamento do agenciamento maquínico social ou coletivo.

Nesse contexto, por exemplo, as ciências (física, química, matemática etc) podem “descobrir” leis constantes da matéria (através de experimentos/teorias/equações/levantamentos estatísticos, etc) como o ponto de fusão, a capacidade da matéria em conduzir eletricidade, mas tal ciência é indissociável das linhas de variação singulares, como as diferenças materiais entre o cobre e o ferro, ou entre o carbono e o silício. As ciências vinculadas às pesquisas sobre o silício, por exemplo, são indissociáveis do fato de o silício ser mais facilmente encontrado em várias misturas na natureza com o oxigênio e outros elementos.

Além disso, as ciências são também indissociáveis das operações que se conectam como processos de deformação e transformação da matéria (por exemplo, a tecnologia usada para fazer ligas, ou tecnologias de extração de matérias como o silício ou o urânio): a facilidade de se encontrar determinado elemento na natureza, a disponibilidade desse elemento (na natureza), a facilidade ou dificuldade de extração da matéria e o impacto que a operação de extração causa na matéria (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Além disso, a ciências implicam um certo “discurso” e práticas (análises, controle, previsão, objetificação, certa visão sobre a padronização da natureza) e até mesmo um “discurso filosófico”, como a ideia de que há leis constantes na natureza e a ideia de transformação e domínio da natureza para o benefício do homem.

Ainda, poderíamos pensar em um “discurso midiático”, mercadológico ou político a respeito das vantagens e benefícios de objetos técnicos ou tecnologias (como desktop, smartphone, usinas nucleares, bomba atômica, fios de cobre, energias renováveis, sustentabilidade); a vantagem de determinadas formas, do seu design, de suas funcionalidades, das suas vantagens objetivas/subjetivas (vantagem das conexões sem fio sobre as cabeadas; vantagem dos notebooks sobre os desktop).

Atravessando as ciências, pode haver também discursos e práticas políticas/econômicas sobre a necessidade da exploração de riquezas do próprio país, ou mesmo exploração de riquezas de outro país; ou, ainda, um discurso político a respeito do crescimento econômico a qualquer custo ou de um desenvolvimento sustentável; ou também um discurso político sobre entrar ou não em determinado conflito ou guerra e produzir ou não determinada ciência ou tecnologia para a guerra.

Nesse complexo de ciências-técnicas-economia-política-matéria, suas singularidades e regimes semióticos, temos os modelos ou modos de (no trabalho, na sociedade), condições de existência, implicam e estão implicados por processos de subjetivação, de produção e de modos de pensar dos sujeitos ou dos indivíduos na sociedade ou das pessoas envolvidas diretamente nas ciências, na política, na economia, na sociedade etc. Ou seja, não se produz um objeto técnico, científico, uma operação sobre as singularidades, traços expressão da matéria e não lhe atribui um uso sem que haja processos de subjetivação inerentemente implicados pela máquina social.

É um agenciamento maquínico, uma máquina social que define as ferramentas e as tecnologias em uma sociedade, assim, uma máquina, um instrumento, uma ferramenta, um dispositivo vão ser sempre social antes de ser técnico (DELEUZE; PARNET, 1998). É possível fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquinas técnicas (suas

diferenças, singularidades ou traços de expressão), não porque sejam determinantes, mas porque elas exprimem as máquinas sociais capazes de lhes darem nascimento e de utilizá-las.

Nesse sentido,

Sempre é possível instalar-se no nível das singularidades prolongáveis de um *phylum* a outro, e reunir ambos. No limite, não há senão uma única e mesma linhagem filogenética, um único e mesmo *phylum maquínico*, idealmente contínuo: o fluxo de matéria-movimento, fluxo de matéria em variação contínua, portador de singularidades e traços de expressão. Esse fluxo operatório e expressivo é tanto natural quanto artificial: é como a unidade do homem com a Natureza. Mas, ao mesmo tempo, não se realiza aqui e agora sem dividir-se, diferenciar-se. [...] Agenciamento é todo conjunto de singularidades e de traços extraídos do fluxo – selecionados, organizados – de maneira a convergir (consistência/[composição]) artificialmente e naturalmente: um agenciamento, nesse sentido, é uma verdadeira invenção. Os agenciamentos se agrupam em conjuntos vastos [...], mas nem por isso deixam de diferenciar o *phylum* ou o fluxo, dividindo-o em outros tantos *phylums* diversos [...] e introduzem as descontinuidades seletivas na continuidade ideal da matéria-movimento. Os agenciamentos recortam o *phylum* em linhagens diferenciadas distintas e, ao mesmo tempo, o *phylum* maquínico os atravessa todos [...] e fazem com que coexistam (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 94).

Dito isso, a partir da leitura que fazemos em Deleuze e Guattari, as diferenças em relação aos objetos, que mostramos acima, se constituem e se atravessam como agenciamentos através da seleção feita pelo *phylum* ou pelos fluxos do desejo. Através do *phylum*, as diferenças, singularidades ou traços de expressão parecem poder compor ou dar consistência a elementos técnicos, aproximar, dar continuidade, mas também desconectar, impor rupturas a objetos ou agenciamentos, territórios, organizações, formando composições variáveis em função da processualidade imanente aos agenciamentos.

O *phylum* também parece constituir uma esfera de diferenciação, de indistinção e, paradoxalmente, de convertibilidade de um objeto a outro, isto é, o *phylum* possibilita um objeto passar de um agenciamento a outro (de armas a ferramentas, por exemplo), dando certa continuidade, mas também diferenciando objetos em função do agenciamento que lhe dá consistência em determinado momento.

Há então, uma dinâmica contingente de conjunção e disjunção, continuidade e ruptura entre as diferenças, singularidades, destacando relações, desfazendo outras. Essa dinâmica é caracterizada por relações exteriores, flutuantes e variadas que tira o universo da totalização do agenciamento para engendrar um mundo de pluralismo e singularidade (LAZZARATO, 2005).

Pluralismo e singularidade nessa dinâmica, em que cada uma das diferenças, singularidades ou traços de expressão citadas acima e outras que possam ser apontadas, correspondem ao funcionamento dos agenciamentos e tendências das forças, aos processos de

territorialização-reterritorialização-desterritorialização, sendo atravessadas por um *phylum* em sua dinâmica de continuidade-ruptura, fazendo destaques ou seleções, individuando objetos, conforme se efetuam os processos de produção da natureza desejante.

Temos, então, agenciamentos sedentários que tomam as singularidades (da matéria, inclusive “matéria/singularidade humana”) e os traços de expressão numa forma ou código, colmatam as linhas de fuga do desejo e subordinam a operação tecnológica ao modelo do trabalho. ; do outro lado agenciamentos nômades que impulsionam a multiplicidade numa espécie de rizoma, insejando linhas de fuga e desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

Talvez como Laymert aponta, o *phylum* é um “Fio dinâmico cuja consistência é feita de propriedades da matéria, mas também de intuições, afetos, de oportunidades [...] que se realizam em invenções.” (ESCÓSSIA, 2010, p.18). Isto é, um fio que passa de um agenciamento a outro: “Um certo vitalismo tecnológico que modela a evolução técnica pela evolução biológica em geral: uma tendência encarregada de todas as singularidades e traços de expressão” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 95)

Através do *phylum*, um agenciamento ganha consistência (faz destaques ou seleções), mantêm-se na coexistência, proximidades e diferenças em relação a outros agenciamentos que, como já dissemos, podem formar conjuntos diversos de agenciamentos, formando técnicas, ciências, tecnologias, discursos, sistemas, modos de existência etc. Assim, um objeto destacado por um *phylum* possui um conjunto de singularidades e traços selecionados, organizado, compostos problemáticamente em função do embate de forças, tendendo a organização, composição, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, continuidade e ruptura.

Nessa perspectiva, a invenção, a inovação de objetos técnicos, são, por assim dizer, resultado do funcionamento de um *phylum* maquínico, de relações coletivas e complexas do meio ou do território, em sua territorialização e seu processo de desterritorialização. Segundo vimos no conceito de agenciamento, a invenção ou criação está em função do processo desejante como máquina social desejante que produz um *phylum*.

Isto é, o *phylum* efetua as condições materiais-*socius*-históricas e desejantes da natureza como força produtiva. Ele é a condição de comunicação recorrente, conexão/continuidade, desconexão/ruptura e da composição homem-máquina, determinando num dado momento as composições no sistema social considerado (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 511-512).

Segundo Lazzarato (2014), para apreender o conjunto funcional homens-máquinas, devemos nos livrar das teses mecanicistas da unidade estrutural das máquinas que nos fariam vê-las como um objeto único do qual faríamos uso, assim como nos livrar da tese vitalista da unidade específica e personológica do organismo vivo, que nos faz vê-lo como um sujeito único. Nesse intuito, será em função do *phylum*, da tensão entre continuidade e ruptura, que falaremos em uma territorialidade e transversalidade da técnica ou da tecnologia na composição desejanste de um território ou territórios existências, corpos, modelos de existência, modos de vida etc.

#### 4. CORPO E TERRITÓRIO

Um território em processualidade desterritorializante é a condição de existência do embate das forças produtivas desejanstes, dos maquinismos *socius*-desejanstes (e vice-versa) que respondem pela criação, invenção que tomam corpo como organização e estratificação de um agenciamento em seu funcionamento e *phylum*. Podemos entender esse processo de territorialização-reterritorialização-desterritorialização através da noção de três planos de funcionamento do agenciamento: organização, composição e imanência. Esta separação é apenas didática.

O estrato de organização é o plano de seleção, destaque e distribuição das formas e funções tendendo à determinação, fixação; tem o “Eu” como princípio de organização (inclusive dos processos de subjetivação). Esse plano tende a conservar, estabilizar e cristalizar o território e os códigos, dificultando o basculamento para a máquina abstrata, para a franja de indeterminação, ou para os processos de desterritorialização-reterritorialização, impedindo ou colmatando (através da representação/significação) a comunicação-transversalidade no agenciamento. Esse plano caracteriza pela tendência a uma territorialização.

Esse é também o plano dos sujeitos, com seus sentidos dados e suas representações (homem, mulher); é também o estrato do discurso, da linguagem como liame das representações (regime de signo-significante); é o lugar da consciência, das identidades fixas, da subjetividade como interioridade individual. O “Eu”, segundo tal organização, está como princípio de individuação inscrita nesse estrato de organização, de modo que faz perder de vista as singularidades e a multiplicidade em nome de uma unidade ou identidade. Dessa forma, a identidade é dada pelo estrato de organização.

É também nesse estrato que prevalece um regime de signos significante, que será central para a designação, significação e manifestação de um modo de pensar o sujeito constituído. É um estrato em que o desejo pode estar colmatado e os fluxos ou *phylum* organizados segundo uma axiomática, cristalizando-os, impedindo ou dirigindo as variações das conexões, as desconexões, as rupturas, com tendência à reprodução. Portanto, é característica da organização que ela se constitua problematicamente devido ao plano de imanência que lhe é coexistente.

O plano de imanência é um plano de produção desejante, é o diagramático, um plano maquínico das intensidades, da matéria não formada e das funções não formalizadas, das relações de forças, de tendência à desterritorialização e à descodificação; é o plano máquina abstrata. Assim, é um plano de forças que desfaz as formas, os territórios, as funções e as informações. É produzido enquanto desejante (natureza desejante), característica que irrompe o estrato da organização e de composição. É um plano assignificante (do signo assignificante). A subjetivação, implicada por esse plano, está imbricada pela heterogeneidade, constituindo um processo de produção de subjetividade em que temos uma alteridade irreduzível que escapa do estrato de organização (“Eu”/sujeito dado/identificação). Em função desse plano de imanência está o processo de dessubjetivação, aberto ao basculamento, à processualidade. Isso implica uma individuação coletiva e o atravessamento de várias linhas de composição, de territórios, de estratificação, que trazem algo imperceptível, indeterminado, que possibilitam novas criações, inovações e artifícios.

O plano que queremos articular para pensar a tecnologia, conforme o delineamento desse trabalho, assim como pensar os objetos técnicos, é o de composição, de criação ou inovação. Articulamos esse plano com o plano de consistência de Deleuze e Guattari. Consideramos, então, que o plano de consistência ou de composição (tecnológica, nesse caso) é o “plano de abertura” do plano de organização ao plano de imanência, abertura para a transversalidade ou para a franja de indeterminação, enfim, é um plano de seleção, destaque e distribuição que aposta no fato de que algo diferente possa ser inventado, criado, selecionado ou destacado para além de uma organização formal.

Este é o plano de composição, ou de “abertura” do território à transversalidade, ao contágio, à variação das diferenças, à conexão nômade do *phylum*, à comunicação inter-agenciamentos; talvez um plano de abertura trans-tecnológico. O plano de experimentação ou de abertura tecnológica é um plano de transversalidade, transdisciplinariedade em que se propõe ampliar o agenciamento a partir das várias e diferentes vozes, a partir do impulsionamento do jogo de forças, variação das tendências, e do embate entre

agenciamentos. A composição se abre à processualidade ou à própria instância problemática entre continuidade-ruptura do território. Enfim, essa abertura composicional compreende dar à criação e à invenção o seu caráter ético-estético e político. Tal composição ou abertura à transversalidade é um modo de impulsionar a composição entre as diferenças, as singularidades e os traços de expressão, ou seja, impulsionar o *phylum* à sua potência de corte-fluxo, sua potência de variação.

Esse plano de composição expressa, ele mesmo, a tensão do caráter problemático da organização em função do plano de forças da imanência, tensão essa dada pelos procedimentos de conexão e desconexão, de maior ou menor abertura à transversalidade, ao funcionamento do *phylum* em sua continuidade e ruptura.

Isso mostra que os três planos são coexistentes, um não existe sem o outro. E, em função da dinâmica ou movimento entre eles, existem várias maneiras ou modos de organização, de ligação ou continuidade, assim como existem vários modos de ruptura, de composição ou de conexão.

O movimento transversal ou de passagem entre os três planos coexistentes pode ser entendido como um ritornelo, um movimento de repetitividade, de insistência intensiva, polarizado entre territorialização e desterritorialização, que forma um ritornelo complexo. Nesse movimento/ritmo, componentes dos agenciamentos podem se afirmar sobre os outros e modificar a configuração inicial e o modo de valorização dominante. O ritornelo funciona como interface entre registros atualizados de discursividade (territórios organizados/processos de composição) e universos virtuais não discursivos, assignificante, universo de valor incorporal, o aspecto mais desterritorializado do ritornelo (GUATTARI, 2012).

Compor segundo um ritornelo, ou operar nesse plano transversal, possibilita aumentar o *quantum* de contágio e propagação entre os três planos e seus respectivos funcionamentos, isto é, possibilita, principalmente, fazer o agenciamento tender para o lado máquina abstrata, desterritorializado, aumentando o *quantum* de comunicação transversal ou a transversalidade entre os estratos de organização e composição. Isso implica ampliar a variação da seleção, de destaque, de criação, de inovação, ou seja, ampliar o contágio com a máquina abstrata com o nível diagramático ou plano de imanência.

Como foi dito, na seleção, na variação de destaques, quanto mais se efetiva o *quantum* de contágio ou comunicação transversal, mais o agenciamento ganha corpo (regime de corpos), e em pressuposição recíproca têm-se um agenciamento de enunciação (regime de signos).

Ampliar a transversalidade de composição tecnológica possibilita que uma tecnologia ganhe corpo, de certa forma, um corpo “ciborgue”. O que não é necessariamente ou exclusivamente um corpo humano, mas um corpo-coletivo híbrido, selecionado e ligado/atravessado pela dinâmica do *phylum*. Um regime de corpos e de enunciação segundo a resolução “problemática” do jogo de forças produtivas desejanter no processo de produção de territórios. Ciborgue é, então, como uma simbiose transversalizada, uma composicionalidade das singularidades humanas, traços de expressão, com a máquina, com os objetos técnicos. Esse corpo híbrido constitui territórios/territorialidades ou composições ciborgues.

Nesse plano de composição, corpos podem ser compostos de vários modos por suas diferenças variáveis, singularidade e traços de expressão, por sua materialidade e as operações que incidem sobre ela, assim como o corpo é, também, o resultado dessas operações, isto é, corpo ou territorialidades constituem-se como expressões e traços de expressões (são resultado de operações sobre as singularidades da matéria ou singularidade humanas).

O agenciamento “ganha” um corpo-coletivo-ciborgue segundo possibilidades em um campo problemático, um campo de embates e disputas, de resoluções e conservação de tendências, de continuidade e ruptura. Por isso, as possibilidades são sempre provisórias e/ou abertas à margem de indeterminação: uma resolução “problemática” surge sempre no seio de um sistema metaestável rico em potenciais (DAMASCENO, 2007).

Nesse sentido, “ganhar corpo” tem a ver com o território, com o movimento de repetitividade, e com o quanto ele se abre ou amplia o *quantum* de contágio do agenciamento, isto é, o quanto ele consegue impulsionar uma tendência à composição em seu caráter coletivo, *socius-desejante*, segundo a processualidade da subjetivação, e inscrever-se como outra territorialidade, outro modo de organizar, de compor. Isso tem a ver com o quanto “o que” ou “quem” permite ampliar modos de pensar, de agir e de sentir. Não se sabe isso (do *quantum*) só por projeção, planejamento, organização, ou por categorias de representação, de significação, mas principalmente pela variação/abertura ao plano de imanência/máquina abstrata, plano de imanência assignificante, graças à qual há o deslocamento/movimento ou ruptura dos lugares comuns da reprodução e da continuidade.

Em outras palavras, ganhar corpo ou compor é uma operação que consiste em abrir-se ao afetar e ser afetado em um campo aberto e problemático de singularidades da matéria, das diferenças e dos seus traços de expressão.

O que é o ganho? Ganho é “aumento da entrada” (de conexão) ao que é de fora (“informação” externa): ganho de permeabilidades, de transversalidade ou de impermanência (em função da franja de indeterminação). Em sua inscrição de territorialidade, ganhar corpo

constitui-se também de uma operação de subtração [n-1] ou ruptura quanto às representações e significações já dadas, quanto à reprodução, ou ruptura em relação a tornar-se maioria ou ter dominância.

Nesse entendimento, a característica de uma tecnologia que seja efetiva, a tecnologia possível selecionada, seus usos, destaques ou arranjos no território, no campo de embates, de disputa (de tendências), destacados no agenciamento social (máquina social) ou como agenciamento, ou o objeto tecnológico que ganha corpo não é caracterizado por sua automatização (mecanização), mas caracterizada por estar aberta ao fora, aos movimentos de transversalidade, à ruptura ou à comunicação com diferenças e singularidades provenientes desse fora ou diferença como o fora.

Nesse sentido, o que também marca a capacidade de inovação e de criação para a tecnologia ou elementos técnicos, segundo a primazia da produção de subjetividade, é o agenciamento das singularidades e traços de expressão da matéria humana (subjetivação/operação sobre as singularidades), que ganha importância pela amplitude/plasticidade ou variação da sua potência de comunicação/informação/conexão, da capacidade de afetar e ser afetado do corpo humano.

Lembrando que, ao mesmo tempo em que há um ganho e estabelecimento de um regime de corpos e objetos em um território, há também um agenciamento coletivo de enunciação, um regime de enunciados ou signos em pressuposição recíproca aos corpos. De fato, assim como os planos de organização, composição e imanência são coexistentes, as semióticas que lhes constituem são mistas.

Na estratificação ou composição de um território tem-se ao mesmo tempo a conjunção e a disjunção dos processos de subjetivação, de individuação de tecnologias e de objetos técnicos, assim como os regimes de corpos e enunciados que lhes dizem respeito. Nesse sentido, uma tecnologia potente ou inovadora é também a que responde ao jogo de composição relacional dessa territorialidade “problemática”, assim como à sua processualidade ou ao aspecto maquínico social.

Ainda destacamos que, constituindo uma territorialidade problemática, as singularidades humanas não têm necessariamente como horizonte o homem ou a humanidade segundo a concepção de modernidade. Na modernidade, no humanismo, tal homem ou humanidade, como padrão ou universalidade, possui uma psique ou mente, uma subjetividade que faz (auto)reflexão de sua existência; um sujeito que reflete sobre si e reverte todo o pensamento sobre si mesmo, ou sobre um “Eu”. Esse homem teria o poder de pensar autonomamente. Ele que usaria, definiria, significaria os objetos, segundo sua vontade ou

racionalidade próprias. Entretanto, essas características seriam apenas alguns dos elementos selecionados em determinadas condições *socius*-históricas-desejantes, segundo o *phylum*, isto é, segundo certo funcionamento do agenciamento social, coletivo (ou máquina social).

Desse modo, eles (homem, mulher, homossexuais, “Eu” etc) são resultados de operações sobre as singularidades. O “eu”, o homem, a mulher, gêneros/sexualidades ou a humanidade só podem ser entendidos levando em conta uma seleção, um destaque feito segundo um agenciamento de corpos e regime de signos.

Sendo assim, o “eu” ou o “homem/mulher/gêneros/sexualidades outras” não são exclusiva e necessariamente o horizonte de realização ou determinação da individuação pois, em se tratando de agenciamento e modos de individuação, existe também uma zona de indeterminação, de metaestabilidade para o que se chama de singularidades humanas. Isso não quer dizer que o agenciamento elimina o homem/mulher/humanidade ou os aniquila, mas quer dizer que eles podem entrar no jogo de variação de possibilidades segundo a seleção *socius*-históricas-desejantes do *phylum* (as n-1 sexualidades).

Podemos ter vários modos de organização, de composição, de destaque, de seleção, isto é, os modos de conexão, ligação ou continuidade são vários, assim como os modos de desconexão ou ruptura são também vários.

Quanto aos processos de subjetivação, ainda serão melhores problematizados nas seções a seguir. Por enquanto, basta reter que as singularidades humanas e os traços de expressão terão certa primazia para as composições ou organizações territoriais/de territorialidade/de corpos porque são parte entre outras partes da seleção dos elementos do agenciamento maquínico social que dá destaque, seleciona elementos técnicos e determina o objeto técnico. Os processos de subjetivação também fazem parte da constituição de territorialidades organizadas e de composições produzidas no embate de forças do desejantes produtivas da natureza.

## **5. MÁQUINAS *SOCIUS*-TÉCNICAS E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO**

Como argumentamos, Deleuze e Guattari parecem adicionar e dar primazia às diferenças, singularidades, tais como os modelos de organização e os discursos, mas, principalmente, aos modos de existência ou modos de subjetivação. Segundo os autores, o processo, o agenciamento maquínico social – um *phylum* que seleciona a “matéria humana”, suas singularidades (afetos, percepções, memórias, certa racionalidade) e seus traços de expressão – é que vai dar destaque a uma tecnologia ou objeto técnico.

A subjetividade será a matéria prima, segundo Guattari, para a produção de mercadorias, ou, como pensamos, segundo os objetivos desse trabalho, para os destaques e seleções, enfim, para as produções de objetos técnicos. As diferenças entre os objetos, suas matérias, suas singularidades e traços de expressão estarão em função, primeiro, da produção de subjetividades e não apenas em função das características da matéria, segundo, dos objetos finalizados, das suas singularidades, da sua estrutura, forma, uso ou funcionamento. A primazia do funcionamento dos agenciamentos, dos processos de subjetividades é ontológica e não cronológica.

Nesse sentido, Deleuze e Guattari (2012) dão destaque e primazia à operação da máquina social, modelos de organização e modos de subjetivações, por entenderem que o estado moderno capitalista substitui a servidão maquínica (na característica do Estado arcaico) por uma sujeição social como sua expressão mais forte. A servidão maquínica ainda tem seu lugar no estado moderno, mas com outras características, como ainda veremos. Como consequência, a subjetividade vai ser o campo privilegiado de operação capitalística, de outro modo, há uma operação capitalística sobre a “matéria ou singularidade humana”.

Como já dissemos, os processos de subjetivação estão intimamente relacionados aos objetos técnicos ou à tecnologia, ou seja, a seleção, o destaque, a invenção, a criação ou a inovação implicam processos de subjetivação, de produção de modos de vida ou de existência selecionados e destacados pelo funcionamento do agenciamento. A máquina social e a máquina técnica entram em relação, em comunicação, em transversalidade, nos agenciamentos, recortados por um *phylum*, segundo o qual ganham destaque elementos técnico e os processos de subjetivação em um território.

No agenciamento maquínico, todos os seus domínios, por exemplo, biológico, técnico, tecnológico, afetivo, vão funcionar como vetores de subjetivação. Como argumenta Lazzarato (2014, p. 28): “Modos de subjetivação, agenciamentos de semiotização e de enunciação [regime de signos] de todos os tipos, tanto humanos quanto não humanos, coletivos ou individuais, coexistem dentro dos processos biológicos, econômicos, estéticos, científicos, lógico, conceituais, políticos e sociais”.

Isto quer dizer que a subjetividade responde à complexidade e à heterogeneidade de uma rede de agenciamentos e suas relações de continuidade, ruptura, conjunção e disjunção, e responde assim à dinâmica relacional do *phylum*, às tendências da força produtiva desejante da natureza.

Por exemplo, Fonseca e Correa (2015) mostram como o silício, uma matéria de destaque da microeletrônica, só se torna matéria expressiva segundo uma ética e uma estética

próprias. Podemos destacar uma seleção, o uso do silício na computação/microchips e não necessariamente o uso do grafeno ou do carbono. Isso porque, além das possibilidades apresentadas pelo silício de se tornar um semicondutor competente, outro motivo pelo seu amplo uso na atualidade está na abundância deste material na natureza e na facilidade com que pode ser extraído. Existem ainda as outras opções além do silício, como o grafeno e o molibdenite, mas cuja possibilidade e testes de uso ainda estão em andamento.

Os autores, para além da seleção acima, por sua vez, cartografam as forças que se colocam em ação em alguns agenciamentos entre o homem e o silício:

A tecnologia microeletrônica, possível pelo silício com seus aparelhos (computador, [smartphone], internet, programas de edição de texto, som e imagem, jogos), com seus modos de agregação social (emails, comunidades virtuais, redes sociais, blogs, orkut, facebook, youtube), com suas economias (capitalismo mundial integrado), com suas políticas, como seus modos de apropriação na educação, é produto-produtora dos modos de existência de uma sociedade, que engendra uma estética do silício e é engendrada por ela. Seu uso hegemônico, orientado à produção capitalística do mundo, é uma das potências importantes para as mudanças qualitativas dessa era. (FONSECA; CORREA, 2015, p. 28)

O agenciamento homem-silício é tributário de uma estética do silício e exprime um modo de existência (de subjetivação), um ritornelo existencial, ou seja, o agenciamento do silício exprime, antes de tudo, um modo de existência, uma organização, uma subjetivação capitalista atravessada por uma dimensão do *phylum* homem-silício.

Um exemplo mais genérico desse maquinismo são as tecnologias de fusão ou fissão nuclear que podem compor artefatos bélicos como a bomba atômica (*phylum* homem-urânio). Temos a Segunda Guerra<sup>1</sup> como um agenciamento social e político, com toda a tecnologia por trás da extração da matéria e do enriquecimento do urânio, o trabalho técnico-científico em química, física e demais áreas do conhecimento, empregado sobre o urânio, especificamente sobre as diferenças intrínsecas em relação à matéria do urânio.

Há um fluxo operatório de conjunção e disjunção de singularidades que atravessa o agenciamento entre o homem e o urânio. Tal agenciamento comporta um conjunto de traços e singularidades, a saber: a composição e a qualidade químico-física do urânio, pois não é qualquer isótopo de urânio que pode ser utilizado, sendo apenas o U-235 considerado estável suficiente para esse fim; capacidade de liberar energia a partir de uma pequena quantidade; o manejo/técnica na extração do minério; o desenvolvimento das ciências da química e da física no trabalho técnico e científico, como o de Einstein. Há também os discursos políticos sobre a

---

<sup>1</sup> Aqui não entramos na discussão entre máquina de guerra e máquina do estado. Então, a Segunda Guerra é o acontecimento histórico.

guerra, como entrar ou não em guerra, usar ou não artefatos nucleares, os interesses da guerra, o ponto de vista estratégico da guerra, como a corrida armamentista, o projeto *Manhattan*, dentre outros, como plano de organização

Esses elementos diversos são selecionados, organizados e estratificados de forma variada, de maneira a dar consistência artificialmente e naturalmente a um agenciamento ou uma invenção, como a bomba atômica, um artefato bélico, ou um objeto maior em complexidade como a estrutura de uma usina nuclear. Temos um plano de organização ou composição, de embate de tendências, que possibilita, de forma ampliada ou restrita as experimentações feitas com o Urânio; temos tal e qual discurso, seja o político-bélico, ou energético-ecológico, assim como temos o *phylum* que possibilita que a matéria Urânio passe do agenciamento “homem-bomba atômica” para o agenciamento “homem-usina nuclear” (e vice-versa).

O objeto bomba atômica é um dos aspectos do processo, de uma estética “nuclear” da segunda guerra que reverberou na guerra fria, o qual exprime modos de vida, seus regimes de corpos e enunciados, modos de organização ou a manutenção de determinados estilos de vida. A bomba é o objeto que vai ter sua utilização a partir desse “meio” ou agenciamento maquínico associado. Outra relação diferente, selecionada pelo *phylum*, por exemplo, seria o agenciamento do Urânio, mas utilizado para geração de energia elétrica “limpa” em usinas nucleares. Nesse caso, o agenciamento concebe outras subjetividades, outros discursos, outras estratégias, organizações e composições, outros conceitos e lógicas. Como já foi dito, esses diferentes agenciamentos não se excluem e podem ainda entrar em uma disputa histórica-política-discursiva.

Nos exemplos acima, em cada caso, os elementos técnicos, os traços e as singularidades do Urânio ou do Silício entram e são selecionados, extraídos e destacados de modo a dar consistência ao agenciamento em que cada qual se destaca e se organiza, como usina nuclear, bomba atômica para o urânio, microchips para computador desktop ou para smartphone, isolante térmico ou semicondutores, no caso do silício. Em cada um desses exemplos, tanto para o Urânio e quanto para o Silício, as singularidades e os traços de expressão têm diferentes conexões naturais ou forçadas, bem como organizações diferentes que pode entrar em composições territoriais diferentes. É da mesma forma para o Urânio em relação à bomba nuclear e à usina, e para o silício, em relação aos microchips, transistores ou isolantes elétricos.

Vemos, assim, que para além das diferenças entre a matéria, entre o urânio ou o silício (geração de energia, maleabilidade, pontos de fusão, capacidade de conduzir

eletricidade, resistência à altas temperaturas), e das diferenças que são secundárias, as quais explicam, por exemplo, o uso ou formato de um objeto (o uso do urânio para bombas atômicas ou do uso em usinas nucleares; silício nos chips de computador/smartphone ou em telhas), há a implicação das diferenças ou singularidades implicadas por modos de subjetivação e de existência, às quais são dadas a primazia pela máquina social, que dá destaque aos elementos selecionados (urânio, silício/bombas/usinas/microchips/fios elétricos etc).

Sendo assim, cada agenciamento (para o urânio e o silício e para cada um deles separadamente) constitui-se em função do seu funcionamento com seus próprios regimes de enunciados, modos de existência, discursos políticos, sociais, econômicos, midiáticos e diferentes modos de subjetivação e modos de existência, segundo a seleção das singularidades “humanas” que estão em função de planos de organização da existência, de composição de sensibilidades, de racionalidades, percepção e forças.

Disso, decorre que um objeto técnico, por exemplo, a bomba atômica, a usina nuclear, o desktop, um notebook, ou o smartphone, não será empregado se não existir uma máquina social, um agenciamento maquínico com seus processos de subjetivação/operação sobre as singularidades humanas (seleção e destaques de afetos, de racionalidade, de sensações-sensibilidade, de memória, de forças físicas) e o agenciamento coletivo de enunciação. Veremos esses exemplos no próximo tópico.

Importante salientar que, na constituição e produção de subjetividades das máquinas *socius*-técnicas, ainda que uma seleção de uma individuação, de singularidades seja qualificada ou organizada como “Homem”, persiste uma carga de natureza desejanste do ser não-individuado (aquela franja de indeterminação já citada) de modo que não há indivíduo psíquico fechado (as singularidades humanas estão abertas e não fechadas na forma Homem). A individuação psíquica é impermanente, um processo de produção que implica e é implicado inexoravelmente pela dimensão coletiva e transversal da qual participa o sujeito como processo, como disperso/nômade mais do que um indivíduo dado (ESCÓSSIA, 2010; p. 16).

Em função da individuação como processo permanentemente aberto e seu caráter coletivo, tem-se uma ampla capacidade do humano em afetar e ser afetado impulsionando a plasticidade e a variação das singularidades humanas, como a racionalidade, a memória, a força, os afetos, a percepção. Isso quer dizer que as singularidades humanas não se definem segundo certo privilégio à figura ou padrão “Homem”, como já dissemos, mas quer dizer que elas podem entrar em outra composição de territorialidades, fazer, criar conexões e rupturas mais amplas com o *phylum* e como *phylum*. Isso caracteriza o excesso de potencial (universo

de virtualidade não discursivo - assignificante) sobre o atual na possibilidade da produção de sujeitos/subjetividades, de objetos, e de passagem de uma individuação à outra, e como isso pode implicar seleções e destaques do *phylum*.

O processo de individuação (integração, concretização, territorialização), compreende, assim, uma ética, uma estética e uma política, bem como o “ganho” de corpo, os regimes desses corpos, os regimes de enunciados e as relações imanentes. Nesse entendimento, uma individuação é sempre política, ética e estética, e é, ao mesmo tempo, a individuação e o meio, o território e ou agenciamento associado a ela ou o agenciamento “agenciado”, de modo que se tem sempre implicados e selecionados diferentes modos de pensar, agir, sentir ou diferentes modos de existência que vão dar destaque e seleção ao objeto técnico. Note-se que entre o físico e o vital não há diferença de natureza, mas diferença de regime de individuação, compreendendo o conjunto funcional homem-máquina (CABRAL, 2016).

O modo de individuação ou o modo de funcionamento dos agenciamentos é que produz sujeitos/subjetivação e é esse funcionamento que vamos destacar no próximo tópico. A discussão objetiva mostrar como a subjetivação está relacionada ao processo de individuação, ao objeto técnico e à tecnologia no agenciamento capitalístico. Para isso, vamos abordar a produção de subjetividade na sociedade contemporânea, destacando a implicação do capitalismo feita na leitura de Lazzarato (2014).

## **6. MÁQUINAS E SUBJETIVIDADES NA PRODUÇÃO CAPITALÍSTICA**

Segundo o conceito de agenciamento apresentado acima, a implicação entre objeto técnico, tecnologia e processos de subjetivação só pode entendida na perspectiva do funcionamento das máquinas sociais. Acrescentando no nosso trabalho a articulação de Lazzarato (2014), poderemos entender o conceito de agenciamento a partir da relação com o capitalismo como um campo de problemas e questões para a sociedade moderna capitalista e de base tecnológica. Nesse contexto, veremos a relação entre tecnologia, capitalismo e produção de subjetividade.

Antes de abordar a articulação de Lazzarato, vamos ver dois aspectos da produção de subjetividade em Deleuze e Guattari (2012, p 168), problematizado a partir da passagem do Estado arcaico ao Estado moderno:

Distinguimos como dois conceitos a servidão maquínica e a sujeição social. Há servidão quando os próprios homens compõem [máquina] entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob o controle e a direção de uma unidade superior. Há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como sujeito que se reporta a um objeto [um animal, ferramenta ou máquina], que devesse exterior: o homem não é mais componente da máquina, ele é sujeitoado e não mais submetido pela máquina [...].

No estado arcaico, a megamáquina é formada por uma combinação de elementos sólidos com funcionamento e controle sob comando humano para transmitir força, movimento e, assim, executar algum trabalho. Entretanto:

É o Estado moderno e o capitalismo que promovem o triunfo das máquinas [...], [mas] não se é submetido à servidão pela máquina técnica, mas, sim, sujeitoado [...]. Com o desenvolvimento tecnológico, o Estado moderno substituiu a servidão maquínica por uma sujeição social cada vez mais forte. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 168)

O triunfo do Estado moderno capitalista parece fazer a máquina triunfar e isso é uma das características da tecnologia na sociedade moderna, porém a marca desse triunfo não é a servidão maquínica, como era no Estado arcaico, mas uma sujeição social cada vez mais forte.

O capital funciona, então, como ponto de subjetivação/sujeição em que os homens são constituídos em sujeitos, submetidos ou sujeitados a regime de corpos e de enunciados. O capitalismo constitui uma axiomática dos fluxos descodificados, ou *phylum*, e com isso constitui uma empresa de subjetivação, ou seja, o capitalismo apropria-se, seleciona e destaca um *phylum* e o “axiomatiza”. Como já vimos, isso se dá como uma operação sobre as singularidades humanas e sobre os traços de expressão, ou seja, o capital opera como e sobre os processos de subjetivação imprimindo uma estética do capitalismo, um *phylum* homem-capital.

A análise do capitalismo contemporâneo feita por Lazzarato (2014) ajuda a pensar os processos de subjetivação na sociedade contemporânea e a sua ligação com máquina, com a tecnologia, com a produção, seleção, destaque e uso de elementos técnicos. Isso porque, na sua análise, o autor dá destaque à leitura que Guattari faz do capitalismo. Para Guattari e para Deleuze, assim como colocado por Lazzarato, o capitalismo, antes de tudo, exige uma implicação subjetiva do trabalhador, do consumidor, ou seja, o capitalismo, para funcionar, opera sobre as singularidades humanas e produz subjetividade alinhada ao capital.

Entendemos, assim, a partir da argumentação a respeito do conceito de agenciamento, que nas sociedades modernas predominantemente capitalistas, a produção, o

destaque e a seleção de elementos técnicos ganha individuação em relação com as subjetividades capitalísticas, caracterizada por uma forte sujeição social, segundo o funcionamento de uma agenciamento maquínico.

Como vimos a respeito da complexidade relacional do conceito de agenciamento, do mesmo modo que é impossível separar processos econômicos, políticos e sociais dos processos de subjetivação modernos e predominantemente capitalísticos (LAZZARATO, 2014), é impossível separar a produção tecnológica e de objetos técnicos desses mesmos processos de subjetivação. O argumento se baseia na ideia de que existe uma relação entre a produção material e a produção de subjetividade, sendo que a produção de subjetividade se constitui de uma multiplicidade de modos de sujeição e subjetivação, como foi destacado no desenvolvimento desse trabalho.

No capitalismo, a produção de subjetividade que se destaca opera de duas maneiras que Deleuze e Guattari denominam de dispositivos (ou agenciamentos) de sujeição social e servidão maquínica, os quais Lazzarato retoma. Conforme entendemos, o conceito de agenciamento amplia o conceito de dispositivo, entretanto para essa discussão, vamos considerá-los como sinônimos.

A sujeição social nos dota de uma subjetividade, atribuindo a nós uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão, uma nacionalidade [uma religião, ou um papel social] e assim por diante. Em resposta às necessidades da divisão social do trabalho [que é parte de um agenciamento], ela fabrica [produz] sujeitos individuados [um 'Eu'], sua consciência, representações e comportamento. (LAZZARATO, 2014, p. 17)

Assim, entendemos a sujeição como uma operação sobre as singularidades humanas segundo um plano de organização capitalístico, com seu regime de corpos, de sensibilidade e de enunciados/semióticas.

Entretanto, ao mesmo tempo e inseparável da produção do sujeito individuado, ocorre “Um processo completamente diferente e por uma posse de subjetividade [...] que procede por dessubjetivação. A servidão maquínica desmantela o sujeito individuado, sua consciência e suas representações, agindo sobre os níveis pré-individual e supra individual”. (LAZZARATO, 2014, p. 17). Isto é, a servidão opera sobre a margem de indeterminação presente nos agenciamentos, na máquina abstrata, diagramática ou no plano de imanência e seu regime assignificante. Servidão não é sobre um indivíduo dado como peça que transmite movimento ou executa trabalho, como no estado arcaico.

Desse modo, “O capitalismo utiliza as ‘servidões maquínicas’ (dessubjetivação) como forma de implicar e influenciar (operar sobre as singularidades humanas) nossos modos de falar, ouvir, ver e sentir ao constituir o que podemos chamar de ‘capital social constante’” (LAZZARATO, 2014, p. 17).

A grande sagacidade no funcionamento ou modo de organizar capitalista é acessar a margem de indeterminação dos agenciamentos ou dos territórios (a desterritorialização) e engendrar processos de subjetivação do tipo ‘servidão maquínica’ e ‘sujeição social’, fazendo funcionar ao mesmo tempo a produção de uma máquina técnica que responde a esses processos de subjetivação. Ou seja, temos um funcionamento capitalista que seleciona, destaca e vai, entre outras coisas, determinar o que é elemento técnico num determinado momento, quais são seus usos, extensão, compreensão.

Segundo Lazzarato (2014), existe uma diferença e uma complementaridade entre a sujeição e a servidão (passagem de um agenciamento condicionada pelo *phylum*) de modo que na interseção entre esses processos é que se dá a produção de subjetividade. A subjetividade e as subjetivações não são feitas primordialmente para a ‘máquina técnica’, mas para a “máquina social”. Desse modo, a “máquina social” inclui a “máquina técnica” como um de seus produtos. Como já vimos na concepção de agenciamento, a máquina social tem primazia em relação à máquina técnica.

Temos, assim, um conjunto de agenciamentos e fluxos maquínicos (*phylum*) que os atravessam, selecionando, destacando, conectando e desconectando singularidades (continuidade e ruptura entre individuações e seleções), traços de expressão e diferenças variáveis, constituindo as máquinas sociais e técnicas, e, por que não, máquinas *socius-técnicas* e objetos *socius-técnicos*.

Nas sociedades capitalistas modernas, as máquinas técnicas e as máquinas sociais funcionam juntas como partes no agenciamento capitalístico do bem estar social, implicando discurso/economia/política/arte, formando uma estética capitalista. O capitalismo revive ou retoma a megamáquina, como em Munford; o capitalismo funciona como uma megamáquina pois contempla a máquina social e a máquina técnica. A antiga megamáquina não era capitalista, mas o capitalismo funciona como ela (DELEUZE; GUATTARI, 2012).

O capitalismo “coloniza”/opera/subjetiva/individualiza o desejo que é processo de produção da natureza desejante e o mistifica (ou axiomatiza em termos de “Eu”/”Homem/mulher”), como se as forças de produção que são da natureza, pertencessem ao próprio capitalismo ou ao próprio indivíduo capitalista - segundo uma estética capitalista,-

empreendedor ou como se pertencesse à própria sociedade capitalista (como se o capitalismo fosse a força produtiva por excelência).

Desse modo, no contexto do capitalismo como um agenciamento, a operação sobre as singularidades humanas implicam uma subjetividade individual (mistificada, alienada), que significa ter uma identidade, um sexo; ou seja, uma sujeição social que produz os lugares e papéis na sociedade, ou na divisão de trabalho. Isto é, uma operação sobre as singularidades humanas remetendo o *phylum* à codificação, estratificação, continuidade, às vezes diminuindo, outras vezes colmatando, mas sempre manejando, conforme interesses, a franja de indeterminação ou de ruptura.

Nesse funcionamento, a linguagem responde a uma semiótica ou regime de signos significante e representativa (regime do signo significante). A sujeição produz um sujeito individualizado para o neoliberalismo, como capital humano, empreendedor ou empresário de si (LAZZARATO, 2014, p. 28). Nesse aspecto, a força de produção seria, supostamente, uma propriedade do Homem/Humanidade.

Na perspectiva da produção de subjetividade, existe um sujeito que se acredita ser um indivíduo autônomo, de certo modo emancipado, dono dos próprios pensamentos/razão e da própria linguagem (como capacidade de produzir sentido), do próprio discurso ou das próprias ações; um sujeito que usa a máquina ou a tecnologia, supostamente, de acordo com sua vontade e determinação. Há aí todo um regime de signos e de cognição, de mentalidades, percepções e racionalidades selecionadas das singularidades humanas segundo uma operação capitalística.

Lazzarato (2014) argumenta que a sujeição produz sujeitos individuados vinculados a um objeto externo, que pode ser uma máquina, um smartphone, um veículo, dinheiro (espécie) ou serviços públicos, até bombas ou usinas nucleares. Esse sujeito faz uso desses objetos e age com eles. Na sujeição, um indivíduo se comunica com outro, com grupos ou age sobre a natureza via essas máquinas ou objetos. Nesse sentido, esses objetos podem ser considerados como mediadores, segundo um regime significante. Nesse tipo de funcionamento ou de organização, pode-se até falar da relação dualista entre sujeito e objeto.

Na empresa, por exemplo, o empregado (sujeito) trabalha operando objetos técnicos, máquinas, computadores, documentos em papel ou virtuais, que lhe parecem exteriores. O empregado se identifica ou não com o que faz, estudou/especializou-se para tornar-se apto para aquilo, enviou currículos para a empresa, foi entrevistado, passou por testes etc. Essas são ações em função de um sujeito, de um 'Eu', de uma semiótica significante, com suas representações e seus significados linguageiros ou sentidos dados.

Supõe-se aqui um agente humano que age por si. Isso vale para a religião ou para as outras instituições que o sujeito participa direta ou indiretamente, como associação de bairro ou movimentos minoritários.

A servidão maquínica, por sua vez, utiliza semióticas assnificantes, não representativas, nem languageiras, mas que são funcionais e operacionais. A servidão age também nas singularidades humanas (afetos, cognição, memória, força física, racionalidade, remetidas à descodificação-desterritorialização-ruptura, não mais unificadas em um “Eu”, ou indivíduo identificado ou humano-homem). Na servidão capitalística, o sujeito é uma engrenagem, uma parte componente do agenciamento (LAZZARATO, 2014, p. 28).

Como explica o autor, no processo de servidão maquínica não se tem uma dualidade. O individual não se opõe às máquinas como o sujeito ao objeto, mas se constitui como *input* ou *output*, ponto de conjunção ou disjunção dos processos que podem ser econômicos, sociais, educacionais, religiosos, tecnológicos etc, sob o âmbito da servidão. Note-se que isso não quer dizer que na servidão as máquinas ou objetos dominem o homem, pois servidão não é o contrário da sujeição. Não se trata aí de uma máquina especificada como objeto técnico, nem de um indivíduo humano:

[Na servidão] Trata-se de um agenciamento de forças que não se dividem em [...] subjetivo e objetivo, mas são todos animados de modos variados (singularidades: forças físicas e subfísicas, forças humanas e subumanas, forças maquínicas, poder dos signos etc – [são singularidades humanas, sua expressão, assim como singularidades da matéria]). Na servidão, as relações entre agentes e signos existem de fato, mas não são relações intersubjetivas; os agentes não são pessoas e as semióticas não são representativas. Agentes humanos, assim como agentes não humanos, funcionam como pontos de “conexão, junção e disjunção” de fluxos [dinâmica do *phylum*] e como redes compondo o agenciamento coletivo empresa, sistema de comunicação, [sistema financeiro, sistema de redes de computadores/internet/redes sociais, sistema político, sistema religioso, etc]. (LAZZARATO, 2014, p. 29)

A servidão trabalha com os fluxos descodificados (desterritorialização) em que o indivíduo não está dado, não é o centro, muito menos a subjetividade humana é central, embora ela tenha o seu lugar e o seu funcionamento na sujeição. Os fluxos descodificados se reterritorializam e trabalham os maquinismos sociais (agenciamentos) como empresas, igrejas, escolas, equipamentos coletivos do bem-estar social, sistemas de comunicação, como TV, internet, redes sociais, mídia etc.

Assim, a servidão não é ideológica, pois não opera por repressão ou ideologia. Ela implica o nível pré-individual e pré-pessoal, com singularidades, afetos, memória, isto é, “a formatação ou modelização exercida pela servidão maquínica intervém no funcionamento

básico do comportamento perceptivo, sensitivo, afetivo, cognitivo, [ou seja, feito por semióticas a-significante]” (LAZZARATO, 2014, p. 38).

Como argumenta Guattari (2012, p. 14), “as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio de suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes”.

Para ampliarmos o entendimento da complexidade do funcionamento da sujeição e da servidão, da produção material e da produção de subjetividade, reforçamos que os dois modos de subjetivação que apresentamos não estão separados, muito pelo contrário. A produção heterogênea de subjetividade funciona com a presença da sujeição e da servidão. Para explicar isso, Guattari (2012) dá como exemplo a televisão. Aqui vamos tentar ampliar e atualizar esse exemplo, adequando-o para a Internet (*phylum* homem-máquina-internet).

Podemos dizer que somos sujeitados à internet no modo como fazemos uso dela e a consumimos, fazemos pesquisas, conversamos e interagimos, de alguma forma, através de redes sociais; fazemos pesquisas acadêmicas, reunimos grupos, baixamos arquivos, assistimos a aulas, oferecemos aulas e enviamos e-mails, segundo um regime significante/representações/sentidos.

Nesse funcionamento, caracteriza-se a sujeição, em que temos sujeitos do enunciado que se tomam mais ou menos por sujeito da enunciação (enunciados e discursos que implicam em dizer que é o usuário/indivíduo quem faz ou usa a internet, que faz a rede social, que faz as conexões, ou dizem que a rede conecta pessoas que usam-navegam na rede). Há um discurso da mídia e os comerciais que também alimentam e reproduzem esse discurso, como: “navegue mais, navegue o dobro”, “aprenda a fazer o seu próprio vídeo”, “como transformar seguidores em clientes”, “como ganhar dinheiro com sua rede social”.

Mas somos também submetidos (à servidão) como máquina humana na medida em que não apenas mais do ponto de vistas de consumidores ou usuários, nem sujeitos, mas como peças intrínsecas, estatística, ou como componentes de entrada e saída ou *feedback*, que pertencem à máquina, à internet como sistema-dispositivos-algoritmo.

São exemplos de funcionamento como *input/output/feedback* da máquina: número de visualizações/cliques/ “curtidas” que damos em determinado site, vídeo ou *tweet*; *hashtags* que colocamos; temas/assuntos procurados no *google*, o que pode ser temas de pesquisas científicas, ou itens procurados em lojas virtuais ou mesmo vídeos/canais já assistidos, dentre outros.

Nesses casos não se trata apenas de estatística pura e simples, mas gostos musicais, notícias, vídeos, hábitos alimentares, assuntos preferidos, tipos de alimentos comprados, livros, reportagens ou *streaming* vistos. Isso inclui também tendências políticas partidárias, “filosofias” de vida, além de tendências no uso de tecnologia, os modos de usar, horários e hábitos ao usar a internet. Na servidão não se é mais usuário, mas uma conexão de entrada e saída na internet: não é necessariamente um humano, um “Eu”, que “abastece” a internet com dados, gostos, preferências, modos de navegar por determinados sites, com *clicks* em determinados links, conteúdos procurados, tempo de conexão e demais ações.

Esses elementos de estatística e de feedback colocam/programam e reprogramam padrões de navegação para cada conexão ou para grupos conectados, através da constituição e funcionamento dos *cookies*/algoritmos. *Cookies* e algoritmos tornam-se composições de singularidades da rede (signos assignificantes), que operam/conectam (comunicam/informam/formalizam) outras singularidades, como afetos, cognição e percepção não em função de sujeição (individual) ou da semiótica significante, mas da servidão e semióticas assignificantes (não-individual ou individuais): “Essas informações [dos *cookies* e algoritmos] concernem aos “individuais”, cujos perfis, composto pelo cruzamentos desses dados, são meros relés de entradas e saídas, de *input* e *output* nas máquinas de produção-consumo” (LAZZARATO, 2014, p.38)

Outro exemplo são os aplicativos de banco e os serviços online. Há de um lado um indivíduo, um suposto “Eu” que diz usar o aplicativo para verificar o saldo, fazer transferências e pagar contas. Ao mesmo tempo esse “usuário” constitui também uma peça do “Aplicativo-máquina-funcionário” do banco. O banco não precisa de um funcionário/indivíduo/ “eu” presencial numa agência física para atender o usuário, checar o saldo, efetuar o pagamento de contas, ou efetuar um saque e entregar o dinheiro para o correntista. O próprio “Aplicativo-usuário-máquina-funcionário”, no qual o “usuário” constitui-se também funcionário do banco, faz o trabalho como usuário do aplicativo, ao mesmo tempo cliente e também “empregado” do banco e como parte da máquina (aplicativo no celular ou notebook) e do aplicativo (o *software* instalado na máquina) fornecendo dados/entrada/estatísticas.

Sendo assim, a sujeição e a servidão são dois pólos coexistentes na máquina técnica e não duas fases, isto é, quando se tem um, tem-se o outro impreterivelmente. Por isso, não se trata de uma mera passagem ou revezamento de um para o outro, de sujeição para servidão, mas coexistência. Coexistência dos agenciamentos assim como dos planos de organização-composição-imanência e dos regimes de signos.

Desse modo, a relação ou *phylum* sujeição-servidão se constitui segundo uma pragmática/relação de ruptura e continuidade, que envolve um regime de signos, discursos, práticas não-discursivas, saberes e transformações incorporais entre sujeito sujeitado e sujeição maquínica, de “cliente” a “empregado”, de “usuário” a “componente”.

Nesse sentido, no caso do nosso exemplo, para o funcionamento da internet ou do aplicativo de banco (*phylum* homem-máquina), é necessário subjetivação, uma seleção de novos modos de pensar, de racionalidades, de percepções, de sensibilidades que respondam a um certo modo de relacionar com outras pessoas, com objetos, com máquinas e instituições (o banco, por exemplo), é necessário agenciamentos, a produção de práticas, de discursos, de regimes de signos que correspondam ao funcionamento do agenciamento maquínico social, da internet, das redes sociais, do aplicativo de banco. Para funcionar, a produção material precisa de sujeitos, práticas e discursos, regime de signos e regimes de corpos, precisa de corpos, órgãos, mentalidades, cognição arranjados/selecionados.

## 7. CONCLUSÃO

Esse trabalho apresentou uma leitura do conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari em função de perspectivas e problemas levantados pela filosofia da tecnologia. A nossa hipótese de trabalho baseou-se na ideia de que o conceito de agenciamento pode ser utilizado para pensar a filosofia da tecnologia, particularmente, o objeto técnico e o desejo, constituindo-se como uma tese não antropomórfica/antropocêntrica para a tecnologia.

A filosofia da tecnologia aborda problemas atuais a respeito da tecnologia na sociedade atual de base tecnológica. Nesse sentido, torna-se necessário avanços e problematizações para além das concepções de técnica/tecnologia como algo separado ou prejudicial ao homem, à cultura ou à sociedade. Nesse contexto, Mitcham (1994) propôs uma caracterização ampla, considerando que a tecnologia tem várias dimensões: ou é artefato, ou objeto técnico, ou conhecimento, ou atividade, ou finalidade e, principalmente, a tecnologia tem uma dimensão inerente relacionada a uma ação, atitude ou desejo. Dito de outro modo, a tecnologia compõe uma dimensão do humano em função do agenciamento que o destaca.

Em função dos objetivos propostos, primeiro delineamos as perspectivas, os problemas atuais da tecnologia, a diversidade das concepções e a caracterização ampla que Mitcham propõe. Depois, abordarmos e propomos uma discussão sobre tecnologia a partir do conceito de agenciamento, focalizando a concepção de objeto técnico e de desejo.

O agenciamento aparece como um conceito que possui vários componentes ou dimensões relacionadas e, por isso, pode fornecer uma ampla possibilidade de leituras e proposições a respeito da variabilidade de aspectos ou dimensões da realidade e suas relações de corpos, enunciados, forma de conteúdo, forma de expressão, coisas e estados de coisas, heterogeneidade/diferença e acontecimentos.

Entretanto, o agenciamento não faz ou comporta uma síntese ou totalização dos seus elementos heterogêneos. Pelo contrário, sua “essência” é a primazia e a afirmação da processualidade, dos movimentos de territorialização-desterritorialização que implicam a multiplicidade do real para além de dicotomias como consciência e inconsciente, imaginário e simbólico, cultura e técnica, natureza e história, natureza e cultura, corpo e alma. Nesse sentido, a natureza é entendida como um processo imanente, maquínico desejante ou força produtiva desejante. Fala-se, então, em função do agenciamento, de uma totalidade, mas não totalização.

Em *Mil platôs*, o conceito de agenciamento, mais do que substituir ao conceito de máquinas desejantes, amplia a interpretação do desejo para além da psicanálise, desta feita, entendido como processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. O conceito de agenciamento recobre a concepção de desejo, sendo que o agenciamento é denominado de desejo. Em outras palavras, só existe desejo agenciado ou maquinado.

O agenciamento-desejo constitui regimes de relações, de indivíduos, de objetos, que pode ser de organização, de composição, de desenvolvimento das formas. Ao mesmo tempo o agenciamento comporta uma margem de indeterminação, o seu lado máquina abstrata, diagramático, maquínico desejante ou plano de imanência. O desejo-fábrica-natureza-multiplicidade diz respeito a uma coexistência de elementos e dimensões.

Na relação mais específica com a tecnologia, em primeiro lugar, o conceito de agenciamento de Deleuze e Guattari coloca a técnica em outra posição. Vimos que o agenciamento tem o primado sobre a técnica, os objetos ou os artefatos, isto é, só poderemos compreender os objetos técnicos ou a técnica a partir do seu agenciamento. Nesse sentido, o desejo responde ao primado do agenciamento.

Sendo assim, em relação à categorização ampla feita por Mitcham (1994), a dimensão do desejo-agenciamento tem o primado como processo de produção da natureza, ou como força de produção da natureza, sobre as outras dimensões da tecnologia. Tendo como referência o livro *Mil Platôs 5*, temos uma definição que se refere mais especificamente à tecnologia.

O agenciamento é chamado de máquina social ou coletiva, e Deleuze e Guattari dão certa primazia ao agenciamento máquina social, o que faz com que um objeto técnico ou artefato esteja em função do funcionamento de um agenciamento maquínico social ou *socius-maquínico*. Essa máquina social ou coletiva determina os elementos técnicos, seus usos e extensões. Nesse contexto, é por intermédio dos agenciamentos que o *phylum* seleciona, qualifica e mesmo inventa elementos técnicos.

A concepção de *phylum* possibilita ampliar a concepção do agenciamento, seu funcionamento de composição e organização, sua tensão entre continuidade e ruptura através do qual possibilita invenções ou criações, modos de agir, pensar ou sentir, isto é, o modo como funciona. Em seu funcionamento, o agenciamento, a efetuação do desejo como produção, como tal, constitui então uma rede complexa de relações determinadas pelo *phylum* em função do seu processo de conexão, desconexão, continuidade e ruptura, ligações e disjunções.

Nesse sentido, os agenciamentos se atravessam e são atravessadas por um *phylum*, ou fluxos maquínicos, a partir dos quais haverá seleção, destaque de elementos técnicos; emprego e invenção, codificação, inscrição e registro dos objetos técnicos, técnicas e tecnologias, ao mesmo tempo em que temos a individuação de sujeitos, produção de subjetividades no processo de inscrição em um *socius* ou território/territorialidade. Território ou territorialidades compõem-se como corpos ou composições ciborgues irreduzíveis ao mecânico e ao orgânico.

Desse modo só existe invenção agenciada ou objetos e indivíduos agenciados em relações complexas e problemáticas, segundo a tensão entre continuidade e ruptura. Desse modo uma invenção de um objeto técnico, foco desse trabalho, não pode ser reduzida a uma operação intelectual ou uma construção mental isolada, individualista ou privada. Uma invenção ou indivíduos estão sempre inseridos e constituídos por uma rede de relações de forças políticas, sociais, estéticas, técnicas, filosóficas e por processos de subjetivação, discursos e práticas, modos de agir e pensar.

Com o conceito de agenciamento, os elementos técnicos, ou a tecnologia não pode ser reduzida a um objeto concreto dado, definido e circunscrito nele mesmo. Só se poderá entender um objeto técnico ou a tecnologia no seu agenciamento ou território com suas relações, seus regimes de corpos e signos ou sistemas complexos destacados pelo *phylum* maquínico. Assim, se tentarmos compreender um objeto sem levar em conta os agenciamentos e o funcionamento do desejo, só se compreenderá o objeto como fenômeno

por sua utilidade, seu uso ou por sua forma ou estrutura, e perde-se as relações éticas, estéticas, filosóficas e políticas inerentes a ele.

O desejo sendo imediatamente social realiza-se como inscrição do fluxo desejante produtivo no *socius* em que ele (o desejo) integra, atualiza ou reterritorializa e desterritorializa-se em um agenciamento e como agenciamento. Pelo fato de o desejo impulsionar a desterritorialização é que podemos dizer que o território ou a territorialidade se organiza ou se compõe problemáticamente como composição.

Nesse contexto, a dimensão do desejo como produção imediatamente social ganha primazia sobre as outras dimensões da tecnologia como proposto por Mitcham. Nesse sentido, temos uma concepção de desejo não-anthropomorfizado. Isso não quer dizer que o homem ou a humanidade não tenham importância, mas que as singularidades humanas e traços de expressão entram como elementos em um agenciamento, conforme seu funcionamento. Nesse sentido, torna-se importante entender os processos de subjetivação.

A produção de subjetividade tem sua importância devido à primazia dada à máquina social. O desejo já não se refere exclusivamente ou prioritariamente a uma vontade ou querer humano, mas ao agenciamento como força desejante ou força produtiva da natureza. O desejo, então, não está centrado no homem, mas remete ao campo do desejo como força produtiva, como processualidade, como coletivo, imediatamente social e político. Nesse contexto, importa como o agenciamento funciona, como acontecem as relações, de que modo um agenciamento inscreve-se como *socius*/território em que emergem as técnicas ou tecnologia.

Através da leitura de Lazzarato, vimos, como exemplo, a implicação das subjetividades quanto à sujeição e à servidão no capitalismo. Sujeição e servidão pressupõem agenciamentos. Nos agenciamentos não há neutralidade, no entanto não existem uma tomada de decisão unilateral ou livre de implicações dos territórios ou agenciamentos nos quais os indivíduos se encontram subjetivados, determinados. A própria concepção de que se é um sujeito individualizado que fala por si só, que pensa por si só, ou que usa uma tecnologia por escolha ou vontade própria já pressupõe um agenciamento, um modo de agir, falar e pensar; ou formas de organização ou composição de agenciamentos com seus regimes de signos e corpos.

Enfim, o agenciamento-desejo é inerentemente social, político (regime de relações de força), ético (afirmação da diferença), estético (produção de diferença) e é desejante. As tecnologias, os elementos heterogêneos do agenciamento ou objetos técnicos, como estamos frisando, que são destacados ou arranjados, também não são neutros. Esses elementos são,

antes de tudo, sociais e políticos, implicam processos de subjetivação, ganham realidade segundo o agenciamento ao qual pertencem, segundo as relações nas quais entram. Os artefatos, os objetos técnicos, tecnologias, ganham destaque, são selecionados e tem seus usos compreendidos, portanto, segundo o funcionamento dos agenciamentos e das relações de corpos e enunciados que os pressupõem.

## 8. REFERÊNCIAS

CABRAL, C. C. **A teoria da individuação de Gilbert Simondon: os modos físicos e biológicos da individuação**. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CORREA, E. M; FONSECA, T. M. G; Traços de uma estética do silício. *In*: CORREA, E. M; FONSECA, T. M.G. **Psicologia & Sociedade**. 27(1), 24-34, 2015. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p024>

CUPANI, A. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. *In*: CUPANI, A. **Scientiae Studia**. São Paulo, v. 4, n. 4, p. 493-518, 2004. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662004000400003>

CUPANI, A. 3 ed. **Filosofia da tecnologia: um convite**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

DAMASCENO, V. Notas sobre a individuação intensiva em Simondon e Deleuze *In*: DAMASCENO, V. **O que nos faz pensar**. n. 21, p. 173-186, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo, SP: Ed. 34, 1995. V 1.

\_\_\_\_\_. 2. Ed. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo, SP: Ed. 34, 2012. V 5.

\_\_\_\_\_. 1. Ed. **O anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo, SP: Ed. 34, 2010.

\_\_\_\_\_. **Kafka, por uma literatura menor**. Tradução de Cíntia Vieira da Silva. São Paulo: Ed. Autêntica, 2014.

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

ESCÓSSIA, L. A invenção técnica: transindividualidade e agenciamento coletivo. *In*: ESCÓSSIA, L. **Informática na educação: teoria e prática**. Porto Alegre, v.13, n.2, jul./dez. 2010. <https://doi.org/10.22456/1982-1654.12491>

ESCÓSSIA, L. Individuação e informação em Gilbert Simondon. *In: Informática na educação: teoria e prática.* Porto Alegre, v.15, n.1, jan./jun. 2012. <https://doi.org/10.22456/1982-1654.23699>

GUATTARI, F. 2ª Ed. **Caosmose, um novo paradigma estético.** Tradução de Ana Lúcia Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 2012.

LAZZARATO, M. Multiplicité, totalité et politique. *In: Multitudes.* n. 23, p. 101-113, 2005. <https://doi.org/10.3917/mult.023.0101>

\_\_\_\_\_. **Signos, máquinas, subjetividades.** Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Edições Sesc, São Paulo: n-1 edições, 2014.

MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MITCHAM, C. **Thinking through technology - the path between engineering and philosophy.** The University of Chicago Press, Chicago, 1994.

NEDER, T. R (org). 2. Ed. **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia.** Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/ CDS / UnB / Capes, 2013.

ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação sobre a técnica.** Tradução de José Francisco Pinto. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991.

ZOURABCHVILI, F. **Deleuze: filosofia do acontecimento.** Tradução de Luiz. B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016.